Faculdade de Letras do Porto

Simão José da Luz Soriano

De Liberal Inflamado a Homem Conformado

Paulo Jorge Pontes Ramos

Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre
História Contemporânea

Porto
2011

Faculdade de Letras do Porto

Simão José da Luz Soriano

Ilustração 1: Revolução de 1820

De Liberal Inflamado a Homem Conformado

Paulo Jorge Pontes Ramos

Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre
História Contemporânea

Orientador da Tese: Maria Antonieta da Conceição Cruz

Porto
2011

Agradecimentos

A investigação para esta tese deveu-se à paixão que nutro pela História, embrião plantado durante o meu percurso académico pela mão do Professor Manuel Magalhães no qual lhe estou muito grato. Não poderia deixar de realçar o apoio da minha família para a realização deste projecto tão ambicioso.

Por outro lado, jamais poderei esquecer toda a motivação, apoio e compreensão por parte da minha orientadora e amiga Doutora Maria Antonieta Cruz. Sem a sua orientação e tutoria, jamais me seria possível concluir este trabalho. Devo-lhe um pedido de desculpas pelas muitas falhas ao longo da realização deste trabalho.

Dirijo-lhe do fundo do meu coração um grande bem-haja Doutora Antonieta, por tudo o que questionei, desenvolvi e aprendi no meu percurso académico e profissional com a nossa interacção.

Resumo

O objectivo fundamental desta Dissertação consiste num ensaio biográfico sobre Simão José da Luz Soriano. Homem que viveu 89 anos no século XIX, com uma vastíssima obra literária de relevante importância para a Historiografia, pelo seu conteúdo de caracterização política, económica e social do regime político.

O trabalho realizado é constituído por uma introdução, onde é feita uma contextualização da personagem biografada no espaço e no tempo e o desenvolvimento da dissertação está dividido em quatro capítulos, descrevendo os momentos-chave da vida do biografado, desde as suas origens, passando pela militância política, até à dedicação à escrita. A terminar uma reflexão final, onde se procura responder às questões levantadas para a elaboração deste estudo.

A realização deste trabalho, contribuiu para realçar o papel do biografado, na Historiografia Portuguesa apresentando-o ao leitor como Escritor e Historiador.

Palavras-Chave: Liberalismo, Biografia, Historiador, Político, Escritor, Crítico.

Abstract

The fundamental objective of this dissertation is a biographical essay about Simão José da Luz Soriano. Man who lived 89 years in the nineteenth century, with a vast literary work of great significance in historiography, the content of their work to characterize the political, economic and social political system.

The work consists of an introduction, which is made a character biography in the context of space and time and the development of the dissertation is divided into four chapters, depicting key moments in the life of the biography, from its origins, through militancy political commitment to the writing. Finally a final thought, which seeks to respond to issues raised in preparing this study

This work has helped to highlight the role of the biography, in Portuguese Historiography presenting it to the reader as writer and historian.

Keywords: Liberalism, Biography, Historian, Politician, Writer, Critic.

Índice

Capítulo I

Ilustração 2: Soriano de Onofre Varela

Prólogo

Prólogo

Simão José da Luz Soriano caracteriza-se como um homem do século XIX[1], vivendo as paixões e transformações de uma nova conjuntura política, económica e social.

A Historiografia no século XIX apresenta o historiador com um discurso crítico e interveniente face aos factos que o rodeiam, fruto em boa parte dos ideais da Revolução Francesa. Realidade mais perceptível nos períodos que deixam de ter um carácter essencialmente oficial no que diz respeito à vida da família real, versando outras temáticas como: história geral, filosofia, poesias, costumes dos povos, curiosidades, contos diversos entre outros assuntos de cariz variado[2].

A Historiografia de novecentos, "enriqueceu" com a publicação de periódicos e obras literárias que passaram a ser redigidos por homens com formação e status cultural e científico, o que não se verificava até então. Possibilitando assim, ao leitor, acesso a informação de índole variada, desde as ciências exactas às ciências sociais, que se discutiam nesses mesmos meios de informação. Os redactores, através da sua actividade literária e literacia, tornaram-se um instrumento de intervenção sobre o meio e de discussão ou reinterpretação dos factos e da história[3].

A figura de Simão José da Luz Soriano enquadra-se neste contexto, em primeiro lugar pelo seu contributo na construção da História do século que percorreu; em segundo pela forma como se dedicou e viveu com intensidade o movimento Liberal, expressando, constantemente, em toda a sua obra, esse sentimento de entrega ao movimento liberal e à nação. Toda esta caracterização se enquadra num perfil da historiografia factual à qual Luz Soriano dá um enorme contributo com a sua vastíssima obra.

Numa conjuntura política e social de descontentamento, a revolução de 1820, foi o momento marcante na vida de Luz Soriano, este movimento político surge como um desejo de alternativa face à incapacidade de governação Absolutista, que deixara a defesa nacional nas mãos inglesas. Uma tentativa falhada de activação económica, as invasões francesas e a saída do monarca para a colónia - Brasil, afectaram um aparelho político fragilizado e com pouca autonomia. Logo, estas causas favoreceram a formação e união de um grupo de pessoas letradas, burocratas e militares, com um objectivo específico: provocar a mudança,

---

[1] CARVALHO, 1891, pp.193-195.

[2] Como por exemplo a *Publicação Literária- Variedades-* publicada desde Janeiro de 1901 a Junho de 1814;*Retratos dos Grandes Homens da Nação Portuguesa-* publicados a partir de 1804/1805 em Lisboa.

[3] Como por exemplo os *Anais das Ciências, das Artes e das Letras* (1818-1822); O Investigador Português em Inglaterra (1811/1818); *Portugal Regenerado*-Borges Carneiro (1820).

ensaiar o movimento liberal e alcançar a queda do aparelho político então em vigor, marcando a História de um País e o destino de um Povo.

Surgiram variados aparelhos de sociabilização, salientando-se a acção dos periódicos, com cariz mais criticista e interventivo, por intermédio dos seus redactores com uma formação cultural e científica. Emergindo no último quartel de oitocentos, onde se levantaram as vozes contra o sistema absolutista, influenciados pelos ideais das Revoluções Liberais: Americana e Francesa.

Estes Homens de Novecentos buscavam uma hegemonia ideológica e política, discutiam ideais por intermédio das academias ou salões, traduzindo-se em sociedades secretas, fundando-se num único objectivo: para além do cultural, o ideológico prevalecia, o liberalismo despertava; beneficiando uma maior sociabilização, englobando elementos dos vários estratos sociais, arrastando o povo, pelos sentimentos de mudança e fuga à opressão.

Num compromisso social entre burguesia e nobreza, definia-se um novo perfil intelectual, criando expectativas aos cidadãos de poderem tomar partido nas decisões do reino, face a uma conjuntura desfavorável vivida na metrópole portuguesa.

Expressões como, *pedreiro livre*, *jacobino*, leva a que estes novos ideólogos portugueses, sejam perseguidos pelo regime e entendidos como inimigos públicos. Muitos deles viram-se obrigados ao exílio, em Inglaterra e França, se não queriam ter como fim a prisão, por ousarem pôr em causa um sistema e despertarem novas paixões e ideologias.

Esta situação de exílio tornou-se um marco e impulso importante na formação e organização de uma nova visão política e social e a proliferação dos ideais revolucionários: Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Ideais já enraizados nestes intelectuais que tinham estado no exílio e em contacto directo com a mudança política e social que proliferava nesses espaços de acolhimento[4]. Face a esta realidade, um novo tipo de intelectuais, "amadureceram" ideais, doutrinas e que iriam representar uma nova postura social, política e económica com o seu regresso, inserindo-se num país ávido de mudança.

O conhecimento aumentara, não só por parte dos exilados como também dos que permaneceram no reino, por outro lado a informação era de variadíssima ordem pela acção da imprensa, vindo esta colmatar lacunas de conhecimentos que o Antigo Regime reprimia; além disso o exílio iria possibilitar uma união e fortalecimento das relações sócio culturais/afectivas e reforçar os laços entre homens com origens díspares, o que aquando do

[4] Intelectuais que se viram obrigados ao exílio em Inglaterra e em França: Almeida Garrett, Alexandre Herculano, Passos Manuel, José Passos, Luz Soriano; Mouzinho de Albuquerque.

seu regresso proporcionaria, uma maior organização e afirmação política-ideológica pela qual sempre lutaram.

O grupo exilado era composto por uma grande diversidade social. Desde Intelectuais, a Militares, estes viram-se privados da sua prática e do seu status em muitas situações, levando-os a viver de forma precária e sem condições físicas de habitação a que foram obrigados a se submeterem. Fuga motivada quer pela vida pessoal, quer pela transformação política do país, possuíam um objectivo comum, o regresso à pátria e a mudança conjuntural política e social. A condição de repatriados a que estavam relegados era algo provisório, contudo foi profícua, proporcionando coligações entre militares e burocratas e aristocratas e burgueses.

Contudo na década 30, num país desgastado com a guerra civil e pela instabilidade que pairava, os Liberais encontravam-se divididos internamente por facções mais esquerdistas ou uma direita mais conservadora, que procuravam compensação dos serviços prestados á causa Liberal, ansiando pelo poder.

No final da década 40, alguns dos Homens que originaram uma transformação intelectual, política, ideológica e social, adoptavam uma postura de alheamento e cansaço perante a prática política e cultural implementada no país. Homens interventivos nos destinos da nação e que lutaram pela causa liberal, privados dos luxos e ostentações, muitos deles levados ao exílio, acabam por se refugiar em posturas boémias ou num simples isolamento. Esta atitude de alguns dos Homens percursores do Liberalismo deveu-se a uma posição económica desfavorável ou simplesmente porque se encontravam no fim de carreira.

No período da Regeneração, uma nova mentalidade surgiu: a independência de espírito crítico, conservando o elemento romântico, distanciando-se dos ideais mais radicais do movimento Liberal Vintista.

A Formação Educativa marca este novo movimento político, social, económico, proporcionando uma nova corrente intelectual na qual se exigem novos currículos, diplomas e estabelecimentos escolares. Esta conjuntura educativa deveu-se em parte à acção impulsionadora de membros do exército e marinha que frequentavam as respectivas academias, possuindo formação técnico-científica de modo a valorizar-se o sentido de formação e fundamentando assim uma atitude crítica perante os acontecimentos que vivenciavam.

Neste contexto historiográfico referenciado insere-se *Simão José da Luz Soriano,* nasceu a 8 de Setembro de 1802, em Lisboa, proveniente de uma família humilde, facto que o leva a ingressar na Casa Pia de Lisboa na qual revela faculdades e preparação para o

ingresso no curso de Medicina na Universidade de Coimbra, mas já depois de ter participado na guerra civil.

Caracterizava-se como pessoa humilde "...fui encadernador, e ainda hoje encaderno os meus livros"[5]. Através desta última confissão, eram perceptíveis as dificuldades monetárias por que passou ao longo da sua juventude, o que originou no final da sua vida uma atitude de bondade com a legação dos seus bens às instituições educacionais que frequentou.

Face à corrente liberal que se desenvolvia e impunha na sociedade durante a sua juventude, Luz Soriano tornou-se um adepto convicto e apaixonado da causa. Expressou este sentimento de paixão e patriotismo aos ideais Liberais por si vivenciados, visíveis em toda a sua obra: "...consciente de ter cumprido o dever de um bom e útil cidadão..."[6]. Tomou parte activa na revolução de Lisboa, em 22 de Maio de 1828, no momento em que no Porto os exilados provindos de Inglaterra e França chegam no navio Belfast.

No início do ano de 1828, havia subido ao trono D. Miguel, projectando o casamento com sua sobrinha D. Maria, o que o levou a assumir a regência e de seguida a nomear o executivo, dissolvendo as Câmaras e preparando-se para retomar a antiga Assembleia dos Três Estados do Reino. Estes factos levaram Soriano a assentar praça no Batalhão de Voluntários e movido pela sua ideologia e guerra política viu-se obrigado a exilar-se na Galiza e mais tarde em Inglaterra, de forma a evitar a prisão. Regressando ao território português pelo arquipélago dos Açores, Ilha Terceira, aqui desenvolveu a aptidão pela escrita, tornando-se o primeiro redactor de um periódico, com a primeira publicação a 17 de Abril de 1830, através do Jornal "Crónica da Terceira"[7].

Em 1831, D. Pedro abdica do trono brasileiro, no qual em 1822 tinha sido aclamado de Imperador, para regressar à Europa com o objectivo de em nome da Carta Constitucional de 1826, que outorgara, defender os direitos de sua filha D. Maria. Regressa ao território portugês auxiliado pelos exilados que se oponham a D. Miguel e com o pressuposto de repor a ordem política liberal.

Floresce assim na Ilha Terceira um foco liberal, formado por nomes como Luz Soriano, Passos Manuel e entre outros defensores do movimento liberal Vintista que juntamente com D. Pedro, iniciam uma expedição fundada no ideal da "libertação do país".

Soriano toma parte ao lado de D. Pedro, a 8 de Julho 1832 no desembarque das tropas liberais perto do Mindelo- na praia de Arnosa de Pampelido; de onde as tropas

---

[5] SORIANO, 1860, p. 14.
[6] Carta de Soriano ao bacharel António Rodrigues de Gusmão (21/10/1881).
[7] Crónica da Terceira, periódico com publicação semanal, a sua publicação iniciou-se em 1830 até 1831. Periódico com significado simbólico da resistência exilada na Ilha da Terceira.

liberais seguiram em direcção ao Porto, entrando na cidade e dirigindo-se aos Paços do Concelho. Sendo o objectivo a libertação da população da tirania de D. Miguel. Face a esta situação há uma reacção por parte das tropas miguelistas, cercando a cidade.

Luz Soriano participou como liberal activo neste cerco, relatando a sua experiência na obra "História do Cerco do Porto".

O cerco duraria cerca de um ano, instalando-se uma situação de desespero, onde fome, epidemias e indisciplina eram as situações vividas em torno do conflito. Ao mesmo tempo que se encenava uma tentativa de acordo entre liberais e miguelistas, foram enviados homens sob o comando do Duque da Terceira para pressionar o território algarvio. Conquistado o Algarve, caminharam em direcção a Lisboa, o que obrigou o rei a abandonar a capital e a retirar-se para Évora, face às consecutivas derrotas militares.

Com a Convenção de Évora Monte o Rei D. Miguel fica obrigado a não se intrometer nos negócios públicos da Nação e a sair do reino. Segundo a visão de Oliveira Martins, a popularidade de D. Miguel não passava "...de uma lenda de crimes, devassidões, torpezas: sanguinária como um tigre..."[8].

Esta realidade é vivida intensamente por Soriano, visível ao longo de toda a sua obra, em especial na descrição que faz na "História da Guerra Civil".

Após a Guerra Civil, Luz Soriano é nomeado, por Sá da Bandeira, para exercer funções de escritor na secretaria da Marinha. Facto que originou o despoletar de uma admiração e misticismo à pessoa de Sá da Bandeira; visão perceptível através das suas palavras:"...a não ser o Sr. marquês de Sá, de nenhum dos nossos governantes, passados e presentes, levo para a cova o mais pequeno sinal de consideração."[9]. Subentendendo-se tal gratidão na obra que lhe dedicou intitulada "Vida do Marquez de Sá da Bandeira".

Em 31 de Maio de 1851, apresentava-se como deputado eleito pela colónia de Angola na Câmara dos Deputados, demonstrando um carácter rectilíneo na sua intervenção face aos destinos da região que representava[10], mas num âmbito geral com um papel discreto no destino político do país. Acabando por ser nomeado, em 1860, Oficial Maior do Ministério da Marinha e Ultramar.

Além de político, caracteriza-se como um escritor de história narrativa/factual, onde este por encomenda do Estado Português, procura "relatar" factos históricos visíveis em toda a sua vastíssima obra. Publicando desde 1846 até 1890. Sendo intrínseco por toda a sua

---

[8] MARTINS, 1976, p. 46.
[9] Carta de Soriano ao bacharel António Rodrigues de Gusmão (21/10/1881).
[10] Diário da Câmara dos Deputados 1ª Sessão Ordinária da Quinta Legislatura. 12 de Julho de 1853. Nº10.

obra, um sentimento de patriotismo inflamado. A paixão pelo Liberalismo na Historiografia Portuguesa serve-lhe como objecto de reflexão ao longo de sua obra, reafirmando por várias vezes, um compromisso com o movimento Liberal. Dedicou dois livros à temática Liberalista: "Utopias desmascaradas do sistema liberal" e "Revelações da minha vida e memórias de alguns factos e homens meus contemporâneos".

Redigiu uma obra de carácter "monumental" pela sua extensão e pela sua riqueza factual. Obra essa denominada de "História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal", cuja "Segunda Época", visou elencar a Guerra Peninsular, é constituída por 7 volumosos tomos, aliás de grande importância para a historiografia pela abundancia factológica e documental.[11]

Com o avançar da idade surgem-lhe problemas de saúde, preceptíveis através da sua carta a António Rodrigues Gusmão que expressa tristeza e melancolia: "...uma grave molestia de bexiga, de que sou victima, me obriga a urinar de meia em meia hora, sem portanto me deixar dormir,...".[12] Podemos inferir que foi de velhice, mas também desta doença que poderia muito bem estar associado a um cancro prostático como causa da sua morte.[13]

No ano de 1891, a 28 de Agosto, Simão José da Luz Soriano morre, em Lisboa; sendo retratado o seu falecimento em periódicos da época, de forma a homenageá-lo e salientar o contributo que legou à causa liberal e à Nação.[14]

Lavrou testamento datado de 21 de Agosto de 1891 e entregue na administração do 3º Bairro de Lisboa a 24 de Agosto de 1891, no qual contem todos os seus desígnios referentes à sua cerimónia fúnebre, bem como distribuição dos seus pertences.[15]

Esta personagem, contextualizada no século XIX, percorrendo-o ao longo de 89 anos, é importante pelo seu contributo histórico, legando ao investigador um conjunto de informações referentes à história de um povo e em especial ao movimento político que Luz Soriano vivencia.

---

[11] Simão José da Luz Soriano redigiu uma obra intitulada de História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal. Esta, compreende a história diplomática, militar e política do reino português, desde 1777 até 1834, Lisboa, Imprensa Nacional, 17 vols., 1866-189: 1ª Época, t. I (1866), t. II (1867), t. III (doc., 1879); 2ª Época, t. I (1870), t. II (1871), T. III (1874), t. IV (doc.: P. I e P. II, 1876), t. V (doc.: P. I e P. II, 1893); 3ª Época. t. I (1881), t.II (doc.: P. I e P. II, 1882), t. III (doc.: P. I e P. II, 1883), t. IV (1884), t. V (1885), t. VI (doc., 1887) e t. VII (doc., 1890).

[12] Carta de Simão José da Luz Soriano ao bacharel António Rodrigues de Gusmão de 21 de Outubro de1881.

[13] ROCHE FARMACEUTICA.Info Cancro. **Cancro da Próstata: sintomas de alerta**. Portugal: ROCHE. [Consult. 21 Set. 2011]. Disponível em: http://www.roche.pt/sites-tematicos/infocancro/index.cfm/tipos/cancro-da-prostata/cdp-sintomas/

[14] CARVALHO, 1891,pp.193-195.

[15] *Testamento de Simão José da Luz Soriano*, lavrado a 21 de Agosto de 1891.

Fontes

A minha dissertação centrou principalmente na busca do perfil de um dos liberais que contribuíram para a transformação de uma nação no período do século XIX. Utilizei como fontes primárias toda a obra de Luz Soriano, contudo dei especial enfoque às suas memórias[16] e a uma das suas obras com um cariz mais crítico que dedica ao sistema liberal[17].

Esta escolha no estudo de duas obras mais específicas, dentro de uma panóplia vastíssima que é toda a sua obra, limitou-me enquanto investigador à perspectiva pessoal de quem escreve. Podendo, por momentos, induzir-me falaciosamente no âmbito das questões que problematizei para a tese de dissertação, o que me obrigou a cruzar bibliografia que visasse o estudo de personagens do século XIX contemporâneas de Luz Soriano.

Enquanto investigador, procurei distanciar-me de um sentimento de simpatia pelo biografado em causa. Todavia, por mais que lutemos pode na nossa análise traduzir-se numa tomada de opinião, ou partido, mas que procurarei demarcar-me com maior precisão e rigor científico dessa posição. Não deixando de lado toda a sua obra, que é vasta, denota-se uma forte componente histórica, mais perceptível nas obras: *História do Cerco do Porto (Porto, 1846)* e *História da Guerra Civil e Restabelecimento Parlamentar em Portugal (17 vols., Lisboa, 1866-1890), História do reinado de D. José e Administração Do Marquês de Pombal (2 tomos, Lisboa; 1867)* e por último o livro dedicado a Sá da Bandeira, intitulando-se de *Vida e Obra do Marquez de Sá da Bandeira (Lisboa, 1887).*

Esta linha de orientação científica por parte do biografado deve-se ao facto de a sua formação estar associada às letras e uma participação activa na construção da História do Liberalismo em Portugal.

Para poder compreender o seu perfil e actuação como político, baseei-me nos seus discursos parlamentares[18] na Câmara dos Deputados possibilitando-me aferir tendências políticas e ideologias.

---

[16] Obra intitulada de "Revelações da minha vida e memórias de alguns factos e homens meus contemporâneos", publicada em 1860 pela tipografia Universal em Lisboa.

[17] Obra intitulada de "Utopias Desmascaradas do Sistema Liberal", publicada em 1858 pela tipografia de União em 1858.

[18] Discursos publicados: Diário da Câmara dos Deputados, sessão ordinária de Janeiro de 1852; Diário da Câmara dos Deputados, sessão de 31 de Maio de 1852-pág. 90; Diário da Câmara dos Deputados de 13 de Julho de 1853-pág.133; Diário da Câmara dos Deputados de 25 de Julho de 1853-pág.426; Diário da Câmara

No que diz respeito à sua figura enquanto jornalista, centrei-me essencialmente, no periódico *Crónica da Terceira*, cuja primeira publicação data de 17 de Abril de 1830, aquando do seu exílio no Arquipélago dos Açores[19], em especial na ilha Terceira.

Não podendo deixar de referir a importância da obra "História da História de Portugal" de Luís Reis Torgal, José Amado Mendes e Fernando Catroga para compreender a Historiografia da época e poder aferir se Luz Soriano foi um escritor ou um Historiador, procurando cruzar bibliografias que visem essa temática.

Esta dissertação procurou sempre centrar-se na obra de Luz Soriano, mas complementar o estudo com opiniões sobre a Historiografia do Século XIX, e a importância da personagem no contexto historiográfico.

Objecto da Dissertação

Muitos dos investigadores como Luís Reis Torgal[20], Rui Ramos[21], José Mattoso[22], Oliveira Marques[23], Joel Serrão[24], Magda Pinheiro[25], entre outros utilizam Luz Soriano para compreenderem a evolução do primeiro movimento liberal português. Todavia, na minha humilde posição, este liberal e como comprova a sua vastíssima obra, apresenta material literário que justifica ser objecto de um estudo aprofundado.

Não esquecendo as questões problematizadas da tese: Enquanto membro activo de um novo movimento político, Luz Soriano apresenta-se ou não com relevância no panorama da Historiografia Liberal?!; Escritor, Historiador ou Político relevante aos olhos dos seus contemporâneos e da História Contemporânea?". Questões que me proponho responder com a realização deste trabalho de investigação.

---

dos Deputados de 6 de Agosto de 1853-pág.94; Diário da Câmara dos Deputados de 11 de Agosto de 1853-pág.169;

[19]O autor na sua obra, Revelações da minha vida, e memorial de alguns factos e homens meus contemporâneos, Lisboa, 1860, cap. 8.º, da p. 470 a 508, contendo uma discrição geográfica das ilhas dos Açores.

[20]TORGAL, Luís Reis, MENDES, José Amado, CATROGA, Fernando,1998- *História da História em Portugal- Séculos XIX-X.* Editora Temas e Debates e Autores, Vol. I, p.473.

[21] RAMOS, Rui, SOUSA, Bernardo Vasconcelos, MONTEIRO, Nuno,2009-*História de Portugal,* Cap. IX., Editora Esfera dos Livros.

[22] MATTOSO, José Dir., TORGAL, Luís Reis, ROQUE, João Lourenço, 1998, *História de Portugal: O Liberalismo*, Vol.5,Editorial Estampa.

[23]MARQUES, Oliveira, 1998-*História de Portugal: Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias.* Lisboa, Vol. III., Editorial Presença.

[24] SERRÂO, Joel, 1971, *Dicionário da História de Portugal,* Lisboa, Iniciativas Editoriais, Vol. VI, p. 63/64.

[25]PINHEIRO, Magda,1996-*Passos Manuel: o Patriota e o seu Tempo.* Porto, Edições Afrontamento.

Esta dissertação procurou ser realizada com o máximo de rigor científico, permitindo dar a conhecer o percurso biográfico de Luz Soriano, salientar o seu contributo como exilado face às suas ideologias liberais, realçar o papel desempenhado como político ao serviço do seu país e como um dos intervenientes na Historiografia e difusão do Liberalismo em Portugal. Contudo, ao analisarmos a sua obra, no final da sua vida transmite uma visão demasiado pessoal, sentimentalista e uma amargura sobre o Liberalismo, que segundo ele, não reconheceu o seu contributo à causa liberal e à Historiografia Política.

Este sentimento de ressabiamento leva-o a escrever uma obra intitulada de "As *Utopias Desmascaradas do Sistema Liberal Português"*, onde é perceptível ao leitor, um sentimento de desilusão, frustração perante a vida e em todos os ideais que acreditara. Este sentimento é visível quando Luz Soriano se dirige ao leitor, na nota prévia da citada obra[26], com a intenção de "relatar os vícios do systema liberal". Há um sentimento de mágoa e inconformidade traduzido nas suas memórias com mais incidência, mas observando-se em toda a sua obra, "esta minha transformação de idéas é por tanto resultado da longa teia dessas bellas fixões, que dellas tenho colhido na minha velhice…"[27].

Um dos factores que me levou à escolha de tal temática, deve-se ao facto de esta época, o século XIX, me seduzir cientificamente pelas transformações político-sociais e pela forma como os homens que construíram uma viragem na história e no país, expressavam as suas paixões, os seus ideais, o seu *modus vivendi*, que nos possibilita a compreensão de uma época conturbada, ao mesmo tempo imensamente enriquecedora a nível da informação histórica.

Metodologia

O investigador quando se propõe realizar uma biografia não se propõe a um juízo de valores ou condutas, exclusivamente, porém procura descobrir ou redescobrir o percurso de vida da pessoa biografada através de testemunhos e vestígios materiais. Se existem estes documentos, logo tenho que reforçar um propósito lógico- estes testemunhos, documentos ou vestígios possuem um significado que carece de descodificação ou desconstrução, pressuposto este que decorre "a ideia de realidade objectiva é suspeita.[28]

[26] Obra de Luz Soriano, *Utopias Desmascaradas do Sistema Liberal Português*.
[27] SORIANO, 1860, p. 62.
[28] GELLNER, 1994, p. 40.

Parafraseando uma afirmação de Isaiah Berlin: "(…) Todos os que se interessam pelos problemas do homem estão sujeitos ao uso de categorias e de conceitos morais que a linguagem corrente incorpora e exprime(…), logo para o Historiador procurar ser moralmente neutro poderá ser um desafio, visto que buscam com o seu trabalho um rigor científico procurando evitar simpatias, não significando ausência de perspectiva moral.[29] Contudo na Historiografia é possível sustentar verdades, embora, opiniões diversas são sempre uma mais-valia para a construção do conhecimento, desde que verdadeiramente fundamentadas e documentadas.

Se existiram ou existem interrogações sobre problemas essenciais como o da possibilidade ou não de se alcançar o conhecimento objectivo, tendo em conta todas as dificuldades que são inerentes na distinção entre o facto e a ficção. Logo a relevância do relativismo está na forma como uma sociedade dá utilidade em prol do conhecimento e de um pensamento racionalista.

As pesquisas em Ciências Sociais não podem ignorar os quadros de referência paradigmáticos[30] que as orientam e, consequentemente, provocar um debate sobre a contribuição das abordagens quantitativa e qualitativa para a aproximação à realidade estudada. Os objectos de estudo em Ciências Históricas, geralmente, apresentam-se de forma complexa e, neste âmbito, a perspectiva positivista poderá ser identificada, em algumas situações, como ineficaz para a análise dos mesmos. É que, a finalidade dessa perspectiva consiste em trazer à luz dados objectivos, medíveis, regularidades e tendências observáveis, logo coloca-se em questão se esta será a aproximação mais adequada para estudar algo, como os processos humanos e sociais, que são abrangentes, dinâmicos e enleados. Procurando melhorar a compreensão dessas realidades complexas, contrapõe-se a perspectiva qualitativa de pesquisa que tem como objectivo a compreensão dos significados atribuídos pelos sujeitos às suas acções num dado contexto. Nesta abordagem, pretende-se interpretar em vez de mensurar e procura-se compreender a

---

[29] BERLIAN,1998, p.239.

[30] Entende-se paradigma como um sistema de crenças, princípios e postulados que informam, dão sentido e rumo às práticas de investigação (Serrano, 2004; Denzin, Lincoln, e col., 2006). O paradigma positivista quantitativo supõe leis gerais que regem os fenómenos (formula hipóteses prévias, usa técnicas de verificação sistemática, procura explicações causais para os fenómenos e produz generalizações teóricas com validade e confiabilidade), recusando a compreensão subjectiva dos factos de uma realidade (Serrano, 2004; Denzin, Lincoln, e col., 2006). O paradigma pós-positivista qualitativo trabalha com crenças, valores, opiniões, representações, práticas, lógicas de acção, atitudes, normas culturais, pois o objectivo é conseguir um entendimento profundo e, até, subjectivo dos sujeitos (individual ou colectivo) e dos fenómenos, dirigindo a pesquisa para grupos reduzidos, mas a serem intensamente estudados (Serrano, 2004; Denzin, Lincoln, e col., 2006).

realidade tal como ela é, experienciada pelos sujeitos ou grupos a partir do que pensam e como agem (seus valores, representações, crenças, opiniões, atitudes, hábitos).

Embora as duas perspectivas tenham uma natureza diferenciada e aparentemente incompatíveis, há autores (Serrano, 2004; Lincoln, Y. e Guba, E. in Denzin, N., Lincoln, Y. e col., 2006) que sugerem a combinação das duas, sempre que seja útil e adequado para compreender, explicar ou aprofundar a realidade em estudo. Neste sentido, autores (Serrano, 2004; Lincoln, Y. e Guba, E. in Denzin, N., Lincoln, Y. e col., 2006) sugerem uma abordagem mista, originando a complementaridade entre métodos quantitativos e qualitativos, através da sua aplicabilidade nos diferentes momentos de uma investigação. Segundo estes autores esta "posição" pode permitir uma melhor inteligibilidade do real[31], podendo evitar atitudes reducionistas, posturas ideológicas e dicotomias entre perspectivas. Apesar disso, os autores salvaguardam que a natureza, a temática e o dinamismo de uma investigação pode exigir uma opção mais definida por uma das abordagens e isso não significa uma ruptura com a outra (Serrano, 2004).

Assim, em investigação são diversas as possibilidades e as opções metodológicas a serem utilizadas. Dado que a escolha da metodologia se deve fazer em função da natureza do problema a estudar (Pacheco, 1995; Serrano, 2004; Lincoln, Y. e Guba, E. in Denzin, N., Lincoln, Y. e col., 2006), considerou-se pertinente seguir uma metodologia de investigação qualitativa ou interpretativa, pois entendeu-se que seria a mais adequada para perceber os processos, os produtos e os fenómenos inerentes à problemática desta investigação – Vida e Obra de Simão da Luz Soriano– a partir das representações e das percepções interiores do sujeito. É que, tal como refere Lefébvre (1990 cit. Pacheco, 1995) pretendemos efectuar uma investigação "das ideias, da descoberta dos significativos inerentes ao próprio indivíduo, já que ele é base de todo a indagação".

As investigações qualitativas privilegiam, essencialmente, a compreensão dos problemas a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação. Neste contexto, Bogdan e Biklen (1994) consideram que esta abordagem permite descrever um fenómeno em profundidade através da apreensão de significados e dos estados subjectivos dos sujeitos pois, nestes estudos, há sempre uma tentativa de capturar e compreender, com pormenor, as perspectivas e os pontos de vista dos indivíduos sobre determinado assunto. Pode-se dizer que o principal interesse, destes estudos, não é efectuar

---

[31] As descrições precisas dos factos a partir dos significados dos sujeitos podem ser complementados por uma representação matemática útil que possibilite confirmar ou dar segurança à interpretação de todos os fenómenos de uma realidade.

generalizações, mas antes particularizar e compreender os sujeitos e os fenómenos na sua complexidade e singularidade, realizando um cruzamento de fontes da mesma época, procurando aferir de perspectivas pessoais o percurso pessoal do objecto em estudo. Assim, em oposição às afirmações universais e à explicação dos fenómenos numa causalidade linear preferiu-se, nesta dissertação, a descrição concreta das experiências e das representações dos sujeitos que conduzem a uma compreensão espiroidal dos fenómenos (Woods, 1987; Bogdan e Biklen, 1994).

Como referem Bogdan e Biklen, "a preocupação central não é a de se os resultados são susceptíveis de generalização, mas sim a de que outros contextos e sujeitos a eles podem ser generalizados" (1994). Esta visão faz parte integrante das abordagens qualitativas.

As pesquisas qualitativas interessam-se mais pelos processos do que pelos produtos (Bogdan e Biklen, 1994; Ludke e André, 1986) e preocupam-se mais com a compreensão e a interpretação sobre como os factos e os fenómenos se manifestam do que em determinar causas para os mesmos (Serrano, 2004).

Deste modo, entre as técnicas de pesquisa qualitativa, interessa "conhecer as realidades concretas nas suas dimensões reais e temporais, o aqui e o agora no seu contexto social''.

Na pesquisa qualitativa parte-se do pressuposto que a construção do conhecimento se processa "de modo indutivo e sistemático, a partir do próprio terreno, à medida que os dados empíricos emergem" (Lefébvre, 1990 cit. Pacheco, 1995), ao contrário da abordagem quantitativa que procura comprovar teorias, recolher dados para confirmar ou infirmar hipóteses e generalizar fenómenos e comportamentos.

Assim, em investigação qualitativa a teoria surge a partir da recolha, análise, descrição e interpretação dos dados. É o que Glaser e Strauss (1967) designam de "teoria fundamentada'' (cit. Bogdan e Biklen, 1994) pois: "as abstracções são construídas à medida que os dados particulares que foram recolhidos se vão agrupando. Uma teoria desenvolvida deste modo procede de 'baixo para cima' (em vez de 'cima para baixo'), com base em muitas peças individuais de informação recolhida que são inter-relacionadas" (cit. Bogdan e Biklen, 1994).

O processo de produção de conhecimentos, nesta perspectiva, dá-se à medida que se recolhem e analisam os dados (Bogdan e Biklen, 1994; Serrano, 2004). Utilizando uma imagem pode-se dizer que o desenvolvimento da investigação se parece a um funil porque: "no início há questões ou focos de interesses muito amplos, que no final se

tornam mais directos e específicos. O pesquisador vai precisando melhor esses focos à medida que o estudo se desenvolve" (Ludke e André, 1986).

Os investigadores qualitativos "abordam o mundo de forma minuciosa" (Bogdan e Biklen, 1994) na tentativa de ilustrar, de forma mais completa possível, as situações e as experiências dos sujeitos. Nesta busca profunda de conhecimento da realidade todos os detalhes são importantes (Ludke e André, 1986), deste modo, os dados colectados, neste tipo de investigação, são predominantemente descritivos (Serrano, 2004), pois a "descrição funciona bem como método de recolha de dados, quando se pretende que nenhum detalhe escape ao escrutínio" (Bogdan e Biklen, 1994).

Como já foi anteriormente referido, o objectivo principal da abordagem qualitativa é o de compreender de uma forma global as situações, as experiências e os significados das acções e das percepções dos sujeitos através da sua dilucidação e descrição (Bogdan e Biklen, 1994). Deste pressuposto decorre, ainda, outra reflexão que importa explicitar. Ao afirmar que os dados, neste tipo de investigação, são produzidos e interpretados pelo investigador supõem-se, que é possível, que eles reflictam a sua subjectividade, envolvimento e cunho pessoal. Daí que Bogdan e Biklen (1994) refiram que "os dados carregam o peso de qualquer interpretação".

Apesar disso, procura-se, em investigação qualitativa, não deixar ir demasiado longe a subjectividade desse envolvimento para não enviesar o conhecimento e a interpretação da realidade. Assim, através do rigor e da abrangência da recolha e análise dos dados, de uma leitura articulada dos dados com uma contextualização teórica e de uma postura de omissão de opiniões pessoais (Bogdan e Biklen, 1994) – embora se tenha presente de que é pelo processo de identificação e reconhecimento da subjectividade do investigador que, na abordagem qualitativa, se lida com os enviesamentos e se limita as ilações do senso comum (Ludke e André, 1986) – que se procurou levar a cabo o processo de produção de conhecimentos, nesta dissertação.

No que confere à biografia, importa-nos aferir em que medida será possível, que o investigador se demarque ou não, a produzir um juízo moral, não apenas dos factos analisados e do período histórico em que se integram, mas, sobretudo, incidindo no próprio biografado.[32] Cabe ao historiador, diluir a relevância do biografado, procurando não partir de responsabilidades morais dos actos na circunstância atribuídas pela sociedade e salvaguardando-se de equívocos face ao objecto de estudo. Deve o biógrafo se limitar a

[32] PICÓN, 2000, pp. 66-67.

compreender, interpretar e explicar os factos, apresentando ou procurando responder à problematização levantada com a sua investigação assente sempre na razão e cientificidade.

Procurando com este trabalho de investigação, uma revisão do significado de acontecimentos, conjunturas ou estruturas, feito sob o enfoque de nova documentação ou interpretação de fontes já conhecidas[33], procurando dar a conhecer o percurso biográfico de Simão José da Luz Soriano.

A estrutura do trabalho baseia-se no rigor científico e objectividade, não sendo possível por vezes me dissociar da personagem, onde dedicarei cinco capítulos, antecedidos de uma introdução. No primeiro capítulo introdutório, procuro contextualizar Luz Soriano no espaço e no tempo, para poder compreender a influência do biografado no século que percorre; o segundo capítulo é dedicado, sobretudo ao seu percurso biográfico, visando o estudo da sua origem, formação e militância liberal, (formação iniciada com o primeiro contacto com os ideais Liberais, passando pelo recurso ao exílio, subdividindo-se nas três fases do exílio, passando pela Galiza e terminando na Ilha Terceira, até à entrada no Porto; o terceiro capítulo incide sobre o seu Percurso Profissional, enquanto Oficial Maior Graduado da secretaria do Ministério da Marinha, procurando aferir atitudes, decisões e perspectivas profissionais e políticas. O quarto capítulo é dedicado essencialmente ao desempenho político de Luz Soriano, baseando o meu estudo nos seus discursos e intervenções na Câmara dos Deputados, possibilita aferir a sua posição política. No quinto capítulo, intitulado Escritor/Historiador, procurarei desmistificar o papel de Luz Soriano na Historiografia Portuguesa. No qual a fonte de investigação é essencialmente as *Utopias* por si escritas. O último capítulo é dedicado à conclusão desta dissertação, na qual procuro retirar ilações sobre o estudo realizado e entender o papel de Luz Soriano na Historiografia Portuguesa.

[33] MILLS, 1959, s.p.

Capítulo II

Ilustração3: Simão Luz Soriano

" Das Origens Humildes à Formação e Militância Liberal "

Origens

Uma das fontes que nos possibilita retratar o percurso biográfico deste homem consiste nas suas *Memórias e Revelações.* Esta obra surge em 1860, como resposta social e política de Luz Soriano, aos seus "inimigos". Pretendendo reforçar a sua posição na sociedade contemporânea, assim como personagem proactiva de uma História que ajuda a construir; possuindo o privilégio de viver e presenciar as transformações ocorridas ao longo do séc. XIX.

Luz Soriano, com esta obra[34] proporciona ao leitor uma imagem muito própria e pessoal da sociedade política do século XIX, não dissociando o ideal liberal pelo qual tinha idealizado, lutado e que com o passar dos anos o desaponta. Utiliza um tom crítico de início ao fim da obra, visível ao leitor através de uma análise do título: "Utopias Desmascaradas do Sistema Liberal Português", que para além de desabafos pessoais sobre o sistema liberal, surge como um meio de criticismo e cepticismo perante os ideais do Liberalismo. Tenta apresentar a sua visão pessoal sobre "verdadeiro sistema liberal", atribuindo à obra uma conotação depreciativa sobre a sociedade, a política, a economia e a postura dos seus pares, apresentando um segundo motivo para a redacção desta obra, como um incentivo aos políticos e estadistas para alterarem o sistema constitucional e sua prática.

As revelações[35], para além de uma resposta político-social, apresentam-se como uma fonte histórica enriquecedora, na qual faz referência a fases do seu percurso biográfico.

O primeiro capítulo é importante porque relata o seu percurso biográfico desde o seu nascimento até ao momento da Revolução de 1820. Começou por se apresentar ao leitor como homem que viveu "…nesta tormentosa quadra de luctas civis, de paixões e partidos políticos…"[36], procurando sempre que possível atacar o sistema liberal e as pessoas que nele intervieram envolvidas, pelas palavras: "…quasi que não vi homem notável em qualquer carreira, …, não fosse victimado com mais ou menos injustiça aos seus rancorosos ódios e caprichos…"[37].

Também a Imprensa da qual fez parte como redactor, não escapa ao seu discurso depreciativo, apontando a mesma como meio de difamação e propaganda do sistema,

---

[34] Luz Soriano obra intitulada de Utopias Desmascaradas do Sistema Liberal Português.
[35] Luz Soriano obra intitulada de Revelações da Minha Vida.
[36] SORIANO, 1860, p.1.
[37] SORIANO, 1860, p.1.

apelidando-a de “imoral, e dissoluta que para chegar aos seus fins, e conseguir os seus intentos, não poupava calumnias, desauctorizando a verdade…”[38].

Depois de tais considerações, expõe as razões da redacção de tal obra, fundamentando-se nas acusações que lhe foram proferidas e como de homem de honra se tratasse, tem como dever defender seu nome. Apresentando ao leitor uma imagem de um homem com uma “vida honesta, e a de haver prestado ao meu paíz os serviços, que em tal posição me foi possível prestar-lhe[39]”. Procurou em toda a sua obra uma justificação de conduta perante o leitor e segundo ele, perante as sociedades vindouras: “sendo possível que passem à posteridade as accusações, que com tanta sem razão se me fizer…seja-me permittido o empregar também todos os meios para que lá fassa chegar um brado em minha defesa…”[40].

Apresenta-se com uma postura ressabiada, céptica e depreciativa perante os seus contemporâneos, realçando a posição de muitas personagens do século XIX, neste momento da realização da sua obra, adoptavam a mesma postura de se auto biografar.

Neste sentido, Soriano propôs-se ser “… mais franco que alguns dos seus contemporâneos, que ao presente se estão biographando uns aos outros…[41]”; não seguindo a mesma conduta, apresenta-se ao leitor sem pseudónimos e na primeira pessoa. Por outro lado, antevendo ataques dos seus inimigos, propôs-se relatar somente a verdade, não escondendo as suas origens, utilizadas por muitos para o enxovalhar: “… tendo alguns dos seus inimigos diligenciado com grande empenho verificar a humildade, e a pobreza do meu nascimento, e envergonhando-me perante o paiz, …, procurando para este fim publicar pela imprensa isso que fui…[42]”. Por estes motivos que resolveu escrever as memórias, não utilizando interlocutores para se apresentar perante a sociedade. Confessou expressamente que não se envergonhava da sua proveniência, não obstante a utilização da palavra “delicto[43]” expressando um pouco da sua desilusão pelo destino que lhe fora traçado, afirmando que se pudesse ter alguma interveniência no seu nascimento “…bem diverso seria do que foi…”; reafirmando que anuncia: “…altivo que não arrenego o nome de meus paes, nem que envergonhado me confundo com a humildade da minha origem…”[44]. Defendendo

---

[38] SORIANO, 1860, p. 1.
[39] SORIANO, 1860, p. 1.
[40] SORIANO, 1860, p. 1.
[41] SORIANO, 1860, p. 2.
[42] SORIANO, 1860, p. 2.
[43] SORIANO, 1860, p. 2.
[44] SORIANO, 1860, p. 2.

que as pessoas jamais se podem medir pelo nome, ou origem, mas sim através de mérito e conduta que são *a sua única nobreza*.

É perceptível ao leitor perceber um sentimento de recalcamento ou mesmo vergonha, pois atribui os ataques de que é alvo há utilização da sua origem para o difamar. Sentindo-se incomodado com tal realidade, tenta justificar o valor dos homens através de uma comparação com os seus contemporâneos.

Analogamente, compara a sua origem com o nascimento de Jesus, referindo-se a ele como o "Redemptor", reconhecendo o seu nascimento como: "… nascimento tão pobre, e humilde como o meu, e todavia poderão chegar a posição e fortuna mais elevadas que as minhas…", mas não os inveja, justifica apenas a sua situação financeira obtida pela "severa economia"; denotando-se um pouco de desilusão por tal destino, afirmando ter prestado o mais alto serviço ao país, tendo alcançado tal estatuto, que ocupou nos anos sessenta de oitocentos, fruto sempre de trabalho, mérito e capacidade intelectual.

Simão José da Luz Soriano resume a sua vida a dois momentos que o identificam com a sociedade que se insere: "…nasci pois no proletariado, mas fiquei-me na burguesia…", caracterizando a vida como um teatro no qual cada indivíduo é actor e representa o papel no drama, que a sorte lhe reservara. Desta forma se apresenta perante o leitor.

Luz Soriano nasceu em Lisboa a 8 de Setembro de 1802, no seio de uma família de origem humilde e pobre. Seu pai era Domingos José Soriano, de profissão barbeiro, e sua mãe Angélica Rosa de S. José, era doméstica, dedicando o seu dia-a-dia à vida doméstica, sendo uma senhora proveniente do meio rural e habituada a vida do campo.

É possível descobrir que o objecto em estudo, fala da sua infância com um sentimento de desolação, salientando na sua obra *"Revelações da minha Vida"*, que na sua infância não tivera o amor de pai, pois este emigrara para o Brasil, com a promessa de busca de fortuna, deixando-o com apenas dois anos de idade.

O autor faz referência à relação conjugal de seus pais, na qual sua mãe foi "… bastante infeliz no seu casamento, rematando os desgostos que de meu pae recebeu, com o abandono total que este nos deixou…"[45]. Justificando as dificuldades, carências monetárias e alimentícias por parte da mãe, tendo esta, recorrido à família que residia em Famalicão para suprir as mesmas, perceptível através das palavras do mesmo: "… pequena freguezia situada entre Nazareth e Alfeizirão…", tendo sido entregue para ser criado à sua avó.

[45] SORIANO, 1860, p. 6.

A carência afectiva é também um sentimento presente na construção de uma personalidade. Estado de espírito que despertou desde tenra idade, pela ida do pai para o Brasil e a mãe que voltara para Lisboa, deixando-o aos cuidados da avó. Apesar de tal carência e sentimentos, tem a noção da importância da avó e o papel da mesma na sua educação. Chega a expressar um certo saudosismo pela mesma, atribuindo-lhe as responsabilidades nas primeiras noções de educação na religião católica.

De igual forma reconhece nas suas memórias que desde muito jovem lhe fora incutida a ambição e o desejo de poder ir mais além, através da seguinte afirmação percebemos esse desejo: "…foi minha avó, e depois minha mãe, … que me provocaram esses sentidos de ambição…"[46]. Esta expressão, desabafo ou revelação demonstra um pouco de retracção face ao seu estrato social e uma necessidade de se demarcar do mesmo: "… minha índole se prestava a tão nobres aspirações, que a minha novel intelligencia abraçou com avidez, e a idade foi cada vez mais engrandecendo…[47]". Confidencia, em tom de desabafo um sentimento de que ele próprio era merecedor de mais do que aquilo que lhe propusera a sorte[48]. Todavia, admite ter tido benesses face aos seus companheiros de brincadeiras na aldeia, pois pelo esforço da mãe e sua avó, andava mais asseado do que os outros rapazes da aldeia.

Com as invasões Francesas, em 1810 vê-se obrigado a sair da aldeia, fugindo para Lisboa pela força das armas. Em vários momentos da sua obra caracteriza o exército Francês, como: " inimigo em vez da civilização e venturas, que com a sua invasão promettera, não só nos trouxe os roubos, e as devastações de toda a ordem…"[49], manifestando a sua visão pessoal da conjuntura política portuguesa.

É ainda possível ao investigador obter uma visão da capital do reino, Lisboa, na altura das invasões francesas, através da expressão que utiliza: "… um fiel traslado da confusão de Babel …"[50]. Apresentando a capital como uma miscelânea de nacionais e estrangeiros, realçando uma presença mais notória da população inglesa, não só de civis como militares que estavam estacionados no Tejo. Como consequência deste aumento populacional, segundo Luz Soriano, originou um aumento dos preços dos bens e por conseguinte a fome e miséria.

---

[46] SORIANO, 1860, p. 7.
[47] SORIANO, 1860, p. 7.
[48] SORIANO, 1860, p. 8.
[49] SORIANO, 1860, p. 8.
[50] SORIANO, 1860, p. 8.

Formação Liberal e a Ambição pela Literacia

A sua formação inicialmente estivera ao cargo dos seus País, da sua Avó e delegando a responsabilidade de um futuro sem dificuldades, deixa-a o encargo da formação sob a responsabilidade do seu Tio-Avô. A reviravolta do encargo da educação, apresenta-se como um novo marco na sua vida, com a possibilidade de formação que tanto ambicionara mas de índole religiosa, sobe o acompanhamento do Tio-avô, frade. Também este não foi esquecido e é referenciado nas suas memórias, caracterizado como: "… um respeitável ancião com mais de setenta annos, […], com reputação de trazer alguns contos de reis...[51]"; devendo-se a sua posição social e algum poder económico, pelo facto de este tio ter estado no Brasil ao serviço de uma ordem monástica.

A importância da guarda de seu tio no processo da sua formação educativa/formativa é o ponto de partida para o contacto com a literatura e desenvolver o processo de instrução. Hospedado na própria cela do familiar, referindo-se à sua situação como: "Mettido em similhante quarto, onde eu tinha a minha cama, …, onde era obrigado a residir para estudar a minha lição…", era ensinado pessoalmente por seu tio, referindo na sua obra das *"Memórias",* que já nesta altura já lhe era perceptível o gosto pela literatura, referindo que gostava de ler os mesmos livros que seu tio.

Faz uma autocaracterizarão, apresentando-se como uma criança irreverente e traquina, comendo os bolos de seu tio e com medo de represálias, via-se obrigado a fugir do dito convento, em busca da protecção materna, que o obriga a voltar. Tendo sido recusado o seu reingresso, só mais tarde é admitido no seminário de Nossa Senhora da Salvação, tendo-lhe sido prometido a frequência dos estudos preparatórios e formação em Coimbra, custeada pelo seu Tio-avô, que não o abandonara no seu processo de educação.

No seu processo de formação, este ingressou na Casa Pia a 31 de Agosto de 1811, antigo convento do Desterro, fazendo referência à transformação do Convento na Instiruição Casa Pia, na qual eram ministradas as aulas de instrução primária, citando: "As aulas de instrucção primaria, em cuja matéria já me achava sufficientemente corrente, foram os únicos estudos, que nos primeiros annos desta pia instituição se frequentaram..."[52]. Contudo, terminando o processo de instrução primária, a dita instituição apenas lhe dava como saída uma profissionalização, em "ofícios", assim como era denominadas as áreas

[51] SORIANO, 1860, p.13
[52] SORIANO, 1860, p.13.

profissionalizantes na altura, na vertente de alfaiate e funileiro, o que segundo Luz Soriano, não estaria disposto a aprender, não indo de encontro às suas aspirações "a estudos superiores ", como referia nas suas memórias.

Existindo nas suas afirmações contradições quanto às escolhas do seu percurso formativo/académico, pois justificava uma fuga ténue ou demarcação da sua origem por ambicionar outra sorte querendo prosseguir estudos. Por ventura ou destino, com o momento do assassinato de seu tio em 1812, sente que o patrocínio de estudos termina e vê-se despido de protecção que até aqui tivera na figura do tio, logo está obrigado a sair da Casa Pia por falta de dinheiro e em 1813 ingressa no ofício de encadernador de livros, coisa que até aquela data tinha rejeitado, mas que lhe seria benéfico, possibilitando-lhe o acesso a uma vasta gama de informação e contacto com um leque de pessoas eruditas da sua contemporaneidade.

Mais uma vez para justificar o seu percurso biográfico Soriano compara-se a Homens célebres da História, como Cícero, Rousseau, referindo-se a este último como: "… um rapaz a copista de um escrivão de Genebra..."[53]. Apesar de tudo não se sente só na desventura da humilde herança, sentindo conformado, pois muitos outros tiveram a mesma sorte.

Com a notícia da abertura da frequência das aulas de instrução secundária, o seu ofício deixa de satisfazer todas as ambições: "…de pobre aprendiz com aspirações a outra carreira..."[54]; vê redobradas nele as aspirações por melhores dias, apesar da ilustração que tinha "bebido" perante tal ofício de encadernador, influenciando o seu gosto pela leitura e letras, tornando-se "amante de Bocage, famoso poeta da natureza a muita doçura dos seus versos..."[55]; onde tudo o arrastava à leitura das suas obras, decorando muitas peças poéticas.

É através do ofício de encadernador que confessa que ali teria recebido as primeiras lições de Francês, dadas pelos frequentadores da loja, como: *Pedro Alexandre Cavroé* e *Padre José Agostinho de Macedo*. Para além destas influências directas, também a imprensa o vai ajudar a formar uma opinião sobre a sociedade e política, salientando-se os artigos de periódicos como *Correio Brasiliense*, *Campeão* e *Investigador Portuguez*, que nesta altura se apresentavam em forma de folhetos imprimidos em Londres, os quais eram distribuídos em Lisboa e que ele próprio encadernava.

[53] SORIANO, 1860, p. 15.
[54] SORIANO, 1860, p. 16.
[55] SORIANO, 1860, p. 16.

Adopta uma ideologia anti-regime absolutista, pois os artigos eram "… hostis à regência do reino..." e a própria postura política dos visitantes da loja o impressionaram e "indispuseram" contra a mesma regência. Apesar da sua idade ainda de 12, 13 anos e que pouco discernimento político teria na altura, justificando a sua conduta nas palavras: " O homem é um animal de emitação…"[56] , afirmando que, também como encadernador: "… bebi insensivelmente os primeiros germes do meu futuro liberalismo".

Em 1815, sai do ofício de encadernador, com a determinação de ir estudar para Coimbra, tendo juntado uma pequena soma de dinheiro, que lhe tinham dado os fregueses e aventura-se ao destino; passando pela Azambuja, onde é acolhido por "um lavrador honrado"[57] , com o nome de Félix Correia, permanece neste local durante cinco meses, com apenas treze anos.

Sempre com a ambição de obter mais alguma ilustração, perceptíveis pelas palavras: "O…não podendo resistir por mais tempo aos brados da minha vocação..."[58]; despede-se do amo com a intenção de retomar à Casa Pia, mas não conseguiu a admissão nas aulas secundárias o que lhe suscitou um sentimento de desânimo e como solução a obrigação de regressar ao ofício para poder sobreviver. Nesta altura apenas estava disponível o ofício de Ourives, embora tenha demonstrado insatisfação e admitido o seu desgosto para com este dedica-se à profissão.

Por influência da sua mestra, despertara nele uma fuga ao destino do ofício e vê como fuga ou saída enveredar pela vida eclesiástica, traduzindo-se num regresso às ordens monacais e de certa forma uma via de ascensão social: "Por meio della os filhos do pobre, subindo às mais altas jerarchias eclesiásticas..."[59]. Sentiu uma vocação especial para os dons espirituais, pois a sua devoção não era maior que o desejo de formação, satisfazendo esse propósito através da vida eclesiástica.

Apesar de uma vida agitada e cheia de contrastes, como ele próprio afirma: "… supportando tantos dissabores, como os occasionados pela antiga escacez dos meus meios..."[60]; tudo seria um meio para enobrecer o seu espírito e alcançar os desejos de ilustração. Ludibriado com a ideia, procurou ingressar no Convento da Arrábida em 1819, porém, viu recusado o seu intento ao ingresso no dito convento franciscano e só encontra solução para prosseguir a sua formação com o reingresso na Casa Pia.

---

[56] SORIANO, 1860, p. 17.
[57] SORIANO, 1860, p. 18.
[58] SORIANO, 1860, p. 20.
[59] SORIANO, 1860, p. 21.
[60] SORIANO, 1860, p. 22.

Com o reingresso na Casa Pia, este frequentou o " collegio dos estudantes", para poder ter acesso às aulas de latim, dois anos mais tarde, às aulas de lógica e geometria leccionadas no Convento de S. Vicente de Fora, por ele frequentadas, o que lhe permitiu tornar a sua formação mais enriquecedora e uma mais-valia para o seu intento de ingressar em estudos académicos em Coimbra.

Na altura da frequência das aulas de latim, dá-se a revolta de 1820, no Porto a 24 de Agosto. Este marco histórico não passa em claro no percurso biográfico de Luz Soriano, como convicto liberal que era, afirmou que aquele acontecimento foi: "… o primeiro passo que se deu para a queda das instituições da velha monarchia..."[61]; expressando o cariz ideológico e a influência que este exerce na sua personalidade e decisões de percurso de vida, levando-o à perda da vocação fradesca e a abraçar o liberalismo como ideal de vida.

No momento da Revolução de 24 de Agosto de 1820, "… foi com effeito um sucesso de tal ordem e tamanha magnitude...", sente necessidade de fazer esta observação pelas palavras: "... necessário é dizer alguma cousa sobre as suas causas ..."[62]; tentando expor as causas da revolução liberal de 1820. Por um lado, Portugal vê-se constituído em colónia do Brasil, o que confere as rendas da casa de Bragança, bem como muitos populares, direccionados para o Brasil, assim como as vantagens do comércio. A quarta causa consistia na ida ao Brasil para pedir os empregos públicos, promovendo por último a emigração para o Brasil, subjugando a metrópole a província, e por último serem governados por um estrangeiro: "…orgulhoso e insolente e commandante em chefe do exercito portuguez..."[63]. Na altura em que era Soriano ourives, espalha-se um clima de terror por toda a cidade de Lisboa, "…terror era geral em todos os moradores de Lisboa..."[64], pelos rumores de conspiração à regência, o que desperta uma perseguição aos opositores que se declaravam hostis, levando à fuga de muitas famílias, ao medo e silêncio, sempre vigiados pela polícia.

Mas apesar dos cuidados da regência, esta não pode evitar conjunturas políticas e influências de liberais, que vieram no exército francês, assim como dos letrados que amadureciam os seus ideais, influenciados pela revolução espanhola de 1812, tendo sido declarado um governo monárquico representativo e pela influência da revolução de Cádis, no qual desperta, no Porto, uma associação secreta no ano de 1817, com objectivo de alterar a situação politica do país, coincidindo com a saída de Bersford, general inglês que governava o reino; tendo encabeçado esta associação Fernandes Tomás, "…notável

[61] SORIANO, 1860, p. 31.
[62] SORIANO, 1860, p. 31.
[63] SORIANO, 1860, p. 33.
[64] SORIANO, 1860, p. 36.

d´aquelles conspiradores, tendo vindo a Lisboa para combinar com os seus amigos a projectada mudança de governo...”[65]. A 24 de Agosto de 1820 dá-se a revolução, no Porto, dando origem à instalação da Junta Provisória no Porto, contudo permanece demorada a revolução na capital, o que impulsiona a vinda da Junta Provisória para Lisboa: “… uma só companhia do regimento nº16 bastou para no dia 15 de Setembro fazer cahir a desacreditada regência...”[66]; entrando em Lisboa no dia 5 de Outubro com sinais de contentamento nacional e esperança na mudança.

Além da sua educação liberal, também é preceptiva a sua condição de historiador, pois nas suas memórias nunca dissocia a História Liberal, e o seu tom crítico face a esta: “…entre as notáveis anomalias, que n´aquelle famoso dia appareceram...”, como tirocínio do nosso liberalismo, foi a aclamação da constituição hespanhola para reger inteiramente o paiz, em quanto que as cortes não promulgavam a nossa...”[67]. Luz Soriano, nesta altura, encontrava-se na Casa Pia e refere-se às discussões parlamentares como mais teóricas do que práticas e mais ilusórias que úteis.

Em 1823, Soriano, ainda a frequentar as aulas de lógica e geometria, com o propósito de se preparar para o ingresso na Universidade de Coimbra, inicia as suas leituras sobre a História, caracterizando-a como “mestra da vida”. Segundo o mesmo, a História será o agente principal da sua transformação moral, amor à liberdade e perda total pela vocação religiosa, “…aluio... fervor das minhas vocações religiosas...”[68]; contudo esta perda deve-se ao facto da situação incerta do clero, escolhendo uma outra carreira com outro futuro e mais adequada às suas ambições, como a engenharia, aplicando a máxima que só pela sua conduta, aplicação e mérito se pode ascender socialmente.

Em 1823, frequenta o 1º ano de matemática na Academia Real da Marinha, salientando a sua conduta como bom aluno, resultando: “…ser eu um dos primeiros premiados do meu curso…”[69], e no 2º ano frequenta as disciplinas de álgebra e cálculo; por variadas vezes faz referência a prémios, talvez como uma forma de ele próprio se sentir valorizado face aos seus companheiros da História e como justificação perante as sociedades vindouras, pela sua dedicação à causa liberal e às inovações políticas do país. Mas não dissociando sempre o forte tom crítico contra o sistema liberal e faz uma crítica intensiva ao

[65] SORIANO, 1860, p. 37.
[66] SORIANO, 1860, p. 38.
[67] SORIANO, 1860, p. 40.
[68] SORIANO, 1860, p. 41.
[69] SORIANO, 1860, p. 41.

clientelismo: “… verdade de que os nossos governantes são prova, pelos incessantes nichos de clientella, que tem feito com as suas creações...”[70].

A sua vida na Casa Pia é-nos apresentada já com a idade de 20 anos, na qual se refere a uma situação de agressão feita por um clérigo, de seu nome padre *Luís*, que, pelo facto de estar embriagado, maltratava os alunos com “violentas correadas”, tendo ele sido uma das vítimas e acusando o dito agressor na imprensa: “… não tendo esperança de achar justiça diante do administrador da casa, recorri aos meios...”[71], através da publicação de três cartas no periódico *Correspondente Constitucional*, dando origem à expulsão do dito padre e substituição do administrador. Por outro lado, é criada uma comissão, na qual realça a figura de *Joaquim Xavier da Silva*, (doutor na Faculdade de Medicina), e expressa a sua admiração e gratidão perante tal homem, daí a referência na sua obra.

Introduz sempre informação de cariz histórico, falando do regresso do monarca D. João VI, pressionado pelos acontecimentos que se viviam na metrópole. Por um lado a pressão das sociedades secretas, por outro a revolução no Porto[72], obrigado a desembarcar em Lisboa 3 Julho de 1821. Alui à primeira reunião das cortes, no Convento das Necessidades a 24 de Janeiro de 1821, caracterizando-as de: “…mais philosophicas do que politicas, e mais theoricas do que praticas,..., e os republicanos discursos de muitos dos seus membros não passaram de longas explanações de Mably[73], Filangieri[74], Rousseau[75]...”[76].

A aclamação de D. Pedro como Imperador do Brasil, foi também alvo de críticas por parte de Luz Soriano: “ Por maior desgraça o príncipe herdeiro, D Pedro, tendo-se constituído em chefe da reacção brasileira contra nós...”[77].

O regresso do monarca d. João VI à metrópole e a sua afirmação de poder leva-o à entrada em Lisboa no meio de aplausos e vivas, apresentando, segundo Luz Soriano, uma “ fisionomia triste”, para quem regressava para reinar. Acompanhando o monarca, a rainha, personagem que não é esquecida pelo nosso escritor nas suas memórias, mencionando que a rainha: “… acompanhando seu marido no coche, phenomeno que nunca mais se tornou a ver depois...”, levantando suspeitas de uma conspiração desta e de seu filho, D. Miguel, citando: “… tornando-se alvo das intrigas de sua mulher, e seu filho...”[78], iniciadas em 1823.

[70] SORIANO, 1860, p. 43.
[71] SORIANO, 1860, p. 44.
[72] SORIANO, 1860, p. 45.
[73] MABLY, Gabriel Bonnot, 1783,*De la manière d’écrire l’histoire*, Paris, Chez Alexandre Jombert.
[74] FILANGIERI, Gaetano, 1780, *A ciência da legislação* , Nápoles.
[75]ROUSSEAU, Jean-Jacques, 1955, *Discurso Sobre a Origem da Desigualdade Entre os Homens*, Paris.
[76] SORIANO, 1860, p. 45.
[77] SORIANO, 1860, p. 47.
[78] SORIANO, 1860, p. 50.

Com a nomeação de D. Miguel como Comandante do exército, tendo como aliada a rainha, tornando-se esta um foco de conspiração contra seu marido, foi realizado por parte do escritor uma caracterização sobre o carácter da rainha e das suas companhias íntimas: "…de todas classes mais baixas, e inferiores..."[79].

No momento da *Abrilada*, em 30 de Abril de 1824, na qual D. Miguel, com auxílio do exército, manda prender seu pai e seus amigos, dando o exemplo do Conde Subserra e Marquês de Palmela, sendo o verdadeiro objectivo de D. Miguel transmitir a ideia de que essa atitude seria da autoria dos liberais, apelidando-os de *pedreiros-livres*. A *Abrilada* vai proporcionar uma visão da incapacidade ministerial de domínio dos destinos do país, na qual Soriano refere que os ministros chegaram a desculpar D. Miguel dos crimes que lhe eram atribuídos.

Neste clima, o monarca pede protecção inglesa, o que obriga o Infante ao exílio, embarcando para a Áustria. Socialmente, esta situação provoca contentamento, celebrada com: "…repiques de sinos, e numerosas girândolas de foguetes..."[80]. O autor afirma que, nesta época e como sentimento nacional, depositavam-se todas as responsabilidades e atenções no príncipe herdeiro, D Pedro, com o objectivo expresso da união dos dois reinos. Tendo, proferido como desabafo ao leitor, que: "…esta união já não estava nas mãos de D. Pedro o podêl-a effeituar..."[81] .

Na sua obra, uma das poucas apreciações de mérito e respeito é dirigida ao Barão de Renduffe[82]. Redigiou uma pequena apreciação biográfica, relatando o percurso liberal do Barão, a sua passagem pela emigração: em Inglaterra, Ilha Terceira, até ao desembarcando no Mindelo. Fez uma alusão à eleição política do Barão, citando: "…eleito deputado às Cortes em 1834 pela província de Trás-os-Montes, que era a da sua naturalidade..."[83]. Não esquecendo de salientar os laços de amizade e traçar um esboço do carácter do barão:"…amigo do seu amigo no mais alto grau…", como também "…acessível, e affavel para todos os que delle tiveram pretenções..."[84]; reconhecendo a sua honra e valor. Este louvor e apreciação, deveu-se ao facto de o Barão de Renduffe, ter sido o principal responsável pela ida para Coimbra de Luz Soriano, percebendo-se em todo o seu discurso de tom crítico, uma redacção mais apreciativa dos seus pares, o porquê de enormes elogios.

---

[79] SORIANO, 1860, p. 54.
[80] SORIANO, 1860, p. 59.
[81] SORIANO, 1860, p. 59.
[82] Simão da Silva Ferraz de Lima e Castro (Barão de Renduffe), Par do reino em 1835, Intendente Geral da Polícia do Reino em 1823.
[83] SORIANO, 1860, p. 57.
[84] SORIANO, 1860, p. 57.

Justificou este auxílio, por parte do dito Barão e, ao bom serviço desempenhado por Soriano, citando: "…captivado também pelo meu bom curso de estudos na academia real da marinha..."[85]. Foi-lhe atribuída uma pensão de 12$000 reis por mês a 7 de Junho de 1825, para patrocinar os seus estudos, possibilitando lograr os intentos de formação de Soriano ao enveredar pela área de medicina; formou-se na área de medicina, embora, o mesmo, reconheceu que nunca a exerceu. Este momento é fulcral no seu percurso de ascensão social, possibilitou-lhe alcançar outro estatuto social e cultural que tanto desejara.

Repetidamente, faz alusão à sua proveniência, citando imensas vezes referências, que o seu único brasão era o da sua "…conducta sem mancha…"[86], e que a sua única causa era a dedicação à nação e ao liberalismo.

O seu sonho toma contornos de realidade aquando da sua chegada a Coimbra pela noite, de modo a evitar o encontro com os estudantes sobre a ponte do Mondego: "…gracejos de recepção com que costumam tratar os caloiros..."[87]; despertara nele um sentimento de ansiedade, que aumentava com a proximidade da cidade.

Soriano inicia uma longa descrição da cidade de Coimbra, denominando-a de "Lusa-Attenas", "…altiva da parte de lá do Mondego com suas brancas e apinhadas casas, levantadas em amphitheatro sobre o monte cónico em que a cidade assenta..."[88], refere- se ainda a locais emblemáticos como: torre da universidade, o observatório, Convento dos Bentos e Santa Ana, jardim botânico e dos marianos. Salienta figuras que compõem a história da dita cidade, como Camões: "…lembrava-lhe dos saudosos tempos, que alli passara o nosso grande épico, Luís de Camões..."[89] e sábios portugueses que "…alli tinham ido beber a sua illustração, na que eu pela minha parte os ia imitar...", instalando-se na terceira cidade do reino, estando determinado a viver nela no "longo espaço de oito annos lectivos, que tantos são os de curso de médico..."[90].

Em Outubro de 1825, matricula-se no 1º ano de matemática como disciplina ordinária e em filosofia, justificando que realizava um dos seus projectos, convencido: "…que só por esta carreira podia sobresahir à pobre e humilde posição em que a sorte me collocou quando nasci..."[91]. Em Coimbra, vive com três companheiros da Casa Pia,

---

[85] SORIANO, 1860, p. 59.
[86] SORIANO, 1860, p. 63.
[87] SORIANO, 1860, p. 66.
[88] SORIANO, 1860, p. 66.
[89] SORIANO, 1860, p. 66.
[90] SORIANO, 1860, p. 66.
[91] SORIANO, 1860, p. 299.

frequentando as aulas de um Lente, de nome *Sebastião Corvo*, que o propôs para o prémio na congregação da faculdade, o que se iria repetir no segundo ano.

A adesão à causa liberal, dá-se em 1825, matriculado no primeiro ano de matemática e decidido a não se imbuir em questões partidárias, com intuito a que obtivesse o máximo de tranquilidade para poder concluir o curso de medicina, tentando moderar as suas preferências e camuflando seus sentimentos políticos. Mas apesar desta determinação, a sua simpatia não deixa de se afirmar e crescer pela facção liberal: "…liberal como tinha sido em 1820,...., ainda era, quando em 1826 cursava os estudos universitários..."[92].

Contudo, como liberal, reconhece o contributo do antigo regime na sua formação e educação, que lhe proporcionou o amparo num estabelecimento público, expressa gratidão ao regime de D. João VI: "…devi mesmo a minha applicação aos estudos superiores a que me destinam…"[93], reforçando sempre a sua sincera dedicação ao sistema liberal: "…amei-o unicamente porque as suas doutrinas me pareciam preferíveis às do antigo regímen..."[94].

Uma das suas principais características é o seu grande interesse e dedicação pela História. Iniciou o seu percurso como *Historiador* em 1826, com a leitura de clássicos romanos, da história e muita leitura dos periódicos publicados em Londres, que tinham como objectivo hostilizar a antiga regência do reino. Também História de Portugal é alvo de estudo na sua obra, referindo-se aos primeiros monarcas e ao período de formação do Condado Portucalense. Reconhece a exaustão das suas descrições, sentindo-se na obrigação moral de as referir, apesar de parecer maçador, demonstra que Soriano possui conhecimento histórico dos factos.

No que diz respeito ao plano diplomático, também nos é possível perceber qual a sua importância, na Inglaterra e o peso desta, obrigando nas palavras de Soriano a uma sujeição de Portugal aos vários tratados, como por exemplo o tratado comercial de 1825, discutido pela pessoa de Carlos Stuart, acusando a Inglaterra, e os Ingleses, tornando-se este sentimento mais visível com o seu exílio em *Plymounth*, que classifica ao chegar a Inglaterra como um "… paiz essencialmente interesseiro…"[95] , e os ingleses como "…modelo na crença de que não póde haver sciencia, virtude, honradez e mérito, onde não há dinheiro…"[96].

---

[92] SORIANO, 1860, p. 318.
[93] SORIANO, 1860, p. 319.
[94] SORIANO, 1860, p. 319.
[95] SORIANO, 1860, p. 388.
[96] SORIANO, 1860, p. 388.

Com a crise sucessória que abalou Portugal na década 20 de oitocentos, surgiu um herdeiro, D. Pedro, a reivindicar o que lhe era legítimo, sendo este reconhecido pelo próprio reino. Enviando ao Brasil deputados a felicita-lo, onde este outorga uma Carta Constitucional, mas ao mesmo tempo o autor critica-o pelo facto de abdicar da coroa em prol da sua filha mais velha, D. Maria da Glória, levantando ainda mais dúvidas por parte dos adeptos miguelistas, desencadeando "…uma encarniçada guerra…"[97], na qual Soriano, como crítico, tenta compreender as razões de D. Pedro na escolha de sua filha; expondo que por um lado possuía um direito de sucessão, que lhe pertencia como legítimo herdeiro e por outro, pai só de filhas, nascidas em território português, a mais velha vê-lhe atribuída a responsabilidade de governar; aproveitando para expor a posição dos liberais e construir a história na sua perspectiva, apelidando D. Miguel como "…um usurpador…", Luz Soriano prontamente se demarca desta posição, afirmando: "…eu me declarei contra D. Miguel, e a favor de D. Maria II."[98]. Com o juramento da Carta Constitucional pelos ministros, sentindo uma pressão para tal feito: "… tudo quanto era possível fazer para embaraçar o juramento…", foi também, levantada a questão da pressão espanhola no contexto da sucessão da coroa: "…uma sucessão de apoios por parte dos militares e autoridades espanholas…"[99], originando com estes factos, um grande número de milícias simpatizantes de D. Miguel e a uma perseguição aos liberais e iniciando-se o exílio dos mesmos.

Em 31 de Julho de 1826 D. Miguel é aclamado Rei em Vila Viçosa, pelo 2º regimento de cavalaria, o que originou a formação de um corpo académico. Luz Soriano expressou o seu desejo de alistamento no referido corpo: "Grandes desejos tive em me alistar neste corpo, mas não pude conseguir, tendo-se me denegado a licença…"[100], e iniciam-se as perseguições e lutas, lamentando-se com a sorte dos liberais, pois eram perseguidos e muitos deles presos até à subida do Liberalismo ao poder, culpando as autoridades do estado do país: "… atraição e hypocrisia é que dominavam por toda a parte…"[101]; mais uma vez não deixando impune D. Pedro, culpando-o de: "…seguir este trilho porque, havendo abdicado condicionalmente a coroa deste reino em sua filha, sendo a condição da sua abdicação o casar com seu tio…"[102], em 1827. Com a abdicação completa a 3 de Maio de 1828, na óptica de Soriano, D. Pedro agrava mais a situação portuguesa, pois:

---

[97] SORIANO, 1860, p. 325.
[98] SORIANO, 1860, p. 326.
[99] SORIANO, 1860, p. 327.
[100] SORIANO, 1860, p. 328.
[101] SORIANO, 1860, p. 329.
[102] SORIANO, 1860, p. 329.

"…de novo sollicitado pela pérfida politica dos gabinetes, …, não escrupolisou mas aggravou mais a melindrosa situação dos constitucionais portugueses"[103].

O autor tenta ser o mais idóneo possível, mas a sua ligação por vezes leva a que relate situações com o coração e caracteriza-nos o ambiente vivido nestes anos conturbados, afirmando: "…ninguém sem risco se poderia confessar liberal…"[104], aumentando este sentimento liberalista. Nesta matéria Soriano, afirma uma vez mais o desejo de camuflar os seus sentimentos liberais: "…os seus sentimentos, e a fraqueza do meu carácter me arrastavam a uma conducta…"[105], e em Coimbra as suas relações eram com estudantes liberais, o que o influenciou nas suas decisões e condutas. Tendo atribuído o início do seu envolvimento nesta causa à sua assinatura para constituição de uma festa liberal, pensando as entidades Universitárias que seria em honra de D. Miguel.

Esta situação foi do conhecimento das autoridades, pela pessoa do Conservador da Universidade, resultando numa repreensão de Luz Soriano e o início do envolvimento na causa liberal. Tinha a: "… crença de que ella, (causa liberal), era para o paiz a sua única taboa de salvação…"[106], o que o insere num movimento conjuntural em Coimbra, contra o regime absolutista, e como reaccionário; discute no seio do seu grupo questões: "…sublimes e requintadas theorias do republicanismo…"[107], aludindo o leitor desses sentimentos, que passados 30 anos, não eram mais que utopias e ilusões, que o levou, em 1858, a escrever um livro intitulado "*Utopias do Systema Liberal Portuguez*".

Também Soriano foi uma vítima, o que despertou ódios por parte de simpatizantes miguelistas, e já em risco de prisão leva a que mantenha a sua linha e aclame D. Pedro como rei, não receando, pois "…se até então os riscos da obra começada eram todos contra mim, …, nem por isso afrouxei os meus trabalhos e fadigas…"[108], tomando assim a decisão de se alistar no Corpo Académico, incorporando-o durante seis anos, desde a emigração para a Galiza até ao Cerco do Porto.

Alcançando formação, posição e fortuna, através da sua dedicação às letras e ao amor pelo trabalho, resume assim o seu percurso biográfico: "…minha vida tem sido uma continua série de fadigas, de actividade, e de applicação ao trabalho..."[109].

---

[103] SORIANO, 1860, p. 336.
[104] SORIANO, 1860, p. 330.
[105] SORIANO, 1860, p. 330.
[106] SORIANO, 1860, p. 338.
[107] SORIANO, 1860, p. 339.
[108] SORIANO, 1860, p. 342.
[109] SORIANO, 1860, p.12.

Militância Liberal

O quinto capítulo das suas memórias é dedicado ao período de emigração na Galiza, motivada pela dissolução da Junta Provisória no Porto, fuga "precipitada" e deserção dos generais a bordo do *Belfast*, deixando as tropas e académicos ao abandono: "ignorados completamente", em Julho de 1828, "…abandonados por todos os seus chefes, …, cercados por toda a parte de inimigos orgulhosos pelo triunpho…"[110], o que o levou a juntar-se à divisão militar e retirar-se com ela para a Galiza, como única "tábua de salvação"; integrando uma multidão composta por homens, mulheres, velhos, crianças, ricos, pobres, com mais de 8 a 10 mil pessoas: "…tudo absolutamente alli se via misturado e confundido…"[111]. Inicia-se a retirada a 3 de Julho de 1828, passando por terras de Santo Tirso, salientando que não são perseguidos pela força vencedora e que a marcha é a maior confusão, causadas pelo medo sobre o futuro. Nesta época, Soriano está consciente do seu estado, como "de ser um dos mais desgraçado", pela morte de sua mãe e por ser vítima do estado de pobreza que o perseguia; mesmo pobre ainda expõe uma situação de roubo do qual foi vitima, aquando da morte de sua mãe, pelo padre que a sepulta, aumentando o seu desespero: "…uma moeda na algibeira, com duas camizas, e umas calsas brancas no bornal…"[112]; justificava ainda que a sua decisão de emigrar se devia ao possível facto de o "…homem por vezes é um macaco de imitação…"[113]. Durante o exílio passa por locais onde nunca visitara, como Braga, e aproveita para caracterizar as estradas do Minho: "…longo desfiladeiro, isto é, estreitas, e com um terreno lateral muito elevado, e cheio de arvoredo…"[114], um pouco a imagem geral das vias de comunicação do norte do país.

A passagem para Espanha dá-se por S. João do Campo, pela ponte do rio Homem, sendo as tropas comandadas pelo General Pizarro, entrando na Galiza a 6 de Julho de 1828 e instalando-se em Lobios; não poupando também os galegos ao seu tom crítico, caracterizando-os desta forma: "… os gallegos, …, são com effeito abjectos e immundas creaturas…"[115], por outro lado, faz uma caracterização das povoações que serviram de abrigo aos emigrados, como: "… as mais miseráveis povoações da Galiza, e a gente que

[110] SORIANO, 1860, p. 345.
[111] SORIANO, 1860, p. 347.
[112] SORIANO, 1860, p. 349.
[113] SORIANO, 1860, p. 348.
[114] SORIANO, 1860, p. 352.
[115] SORIANO, 1860, p. 356.

nellas mora a mais immunda e avora possível."[116].Também as autoridades espanholas não deixaram de ser alvo de crítica, pois Luz Soriano, atribui-lhes a pressão e ameaça às povoações por prestarem algum auxílio aos Portugueses, adjectivando a sua conduta de "malvadez".

O estado da situação dos exilados era tal, e a pobreza tão enraizada, que levou a que muitos desistissem e voltassem para Portugal, sem poderem: "…por mais tempo supportar a fome e o frio, chorando…", atribuindo responsabilidades aos comissários da divisão, por se terem apoderado das quantias distribuídas para a compra de víveres, obrigando ao estado de miséria.

O autor vê-se desprovido de sonhos, exposto às intempéries e dormindo "…em monte, deitados numa pouca de palha…"[117], aproveitando para descrever alguns quadros paisagísticos espanhóis, comparando-os aos do Minho, pois segundo ele: "… os costumes, os trajos, e a linguagem dos indivíduos das povoações, …, pouca, ou nenhuma differena, …, montanhas minhotas e gallegas."[118]. Passa algum tempo na povoação de *Villamean*, dormindo num palheiro conjuntamente com mais emigrados, salientando o facto de ter sido alvo de um assalto pelas milícias de Pontevedra, chefiadas por *D. Manuel Ignacio Pereira*, com o objectivo de fiscalizar e acompanhar a retirada da divisão para Portugal, espalhando o medo no seio da população emigrada e procurando persuadir os exilados a voltarem à pátria e reconhecer como rei legítimo D. Miguel, apelidando D. Pedro de: "… um pícaro, um estrangeiro intruso, um pedreiro livre dannado…"[119], tendo sido pilhada toda a divisão dos seus haveres. Todavia, Ignacio Pereira não consegue expulsar a divisão, apenas a deslocou, passando Soriano por *San Martin de Gou*.

Com o deslocamento da divisão, surge um momento marcante no percurso biográfico de Luz Soriano, a aproximação a Sá da Bandeira, nesta altura o autor viu-se sem intento de prosseguir numa luta tão desigual e expressou a intenção de regressar a Portugal. Contudo, persuadido pelos perigos que o podiam esperar e pela acção de *Sá da Bandeira* que lhe oferecera dinheiro para este o acompanhar no exílio para Inglaterra, recusando a oferta, referindo: "… se generosa foi a sua offerta, não o foi menos a minha recusa…"[120].

Decidiu voltar acompanhado por *Joaquim António Teixeira*, a que se refere como: "… um dos mais honrados, completos e estimáveis homens com quem na minha vida

[116] SORIANO, 1860, p. 359.
[117] SORIANO, 1860, p. 359.
[118] SORIANO, 1860, p. 360.
[119] SORIANO, 1860, p. 361.
[120] SORIANO, 1860, p. 371.

tratei…”[121]. Uma das poucas figuras, além da família *Sá Nogueira*, a quem ele não aplica o seu tom crítico.

Resolvendo reintegrar a divisão, pois segundo ele, tudo o que tinha eram aqueles mesmos amigos que compunham o batalhão e os generais que o chefiavam, onde "…julgava que iam os meus verdadeiros amigos…"[122], apresentando-se a *Sá da Bandeira* que o felicita pela decisão tomada, e no qual afirma, que, aludido pelas atitudes deste que não largara os seus homens para fugir a bordo do *Belfast*. Referindo os locais da sua passagem em terras espanholas como *Orense*, *Lugo* e o por último, o local que o impressionou de uma forma positiva, *Ferrol*. Onde este afirmou a maravilha como as pessoas que se apresentavam, distintas das outras com quem tinha convivido: "…alli se mostraram acessíveis e tratáveis aos emigrados…"[123], caracterizando a povoação como boa e hospitaleira, embarcando para Inglaterra em Agosto de 1828, a bordo *S. Fernando de Paula*, fretado pelo general *Pizarro*.

À emigração em Inglaterra, Soriano dedica-lhe também um capítulo. Chega a *Falmouth* a 7 de Setembro de 1828, caracterizando o local como: "…sua excellente bahia", "…é um dos melhores portos de toda a Grã.Bretanha…"[124], e salienta as suas condições de transporte, nas quais a limpeza não existiu, "…apertado pela immundice…"[125] e a alimentação reduzida a bolacha e feijão, justificando-se como aventureiro, mas no final da viagem anseia o desembarque, pela: "…grande repugnância para andar no mar…"[126]; hospedado num alojamento humilde, refere: "… era o que mais me convinha…"[127], relativo aos meios que dispunha, embarcando passados três dias para *Plymouth*, por ordem do embaixador português. Desembarcando com "…aspecto de miseráveis mendigos…"[128], retrata os exilados, nos quais se inclui: "…apresentando nos pés umas sandálias ou antes sapatos esburacados, …, rematando este quadro, uma barba por fazer, e um bornal a tiracol, tão porco e imundo como o fardamento…"[129], o que provoca no lado inglês o desprezo de tal situação, sendo referida a condição nos periódicos ingleses, como *Gazeta de Exeter*, *Jonh Bull* e *Morning Post*: "… os insultos e vilipêndios com que na nossa desgraça nos mimosearam alguns jornaes…"[130]. O tratamento dos exilados é algo que o marca,

[121] SORIANO, 1860, p. 372.
[122] SORIANO, 1860, p. 383.
[123] SORIANO, 1860, p. 386.
[124] SORIANO, 1860, p. 388.
[125] SORIANO, 1860, p. 390.
[126] SORIANO, 1860, p. 390.
[127] SORIANO, 1860, p. 392.
[128] SORIANO, 1860, p. 393.
[129] SORIANO, 1860, p. 393.
[130] SORIANO, 1860, p. 394.

explicando que apesar da mesma luta e a ideologia, as desigualdades prevaleceram, atribuindo-as à pessoa de *Palmela*: "… achou-se por aquelle titulo constituído de facto e de direito em supremo chefe da emigração…"[131], acusando- o de erros e culpado da exclusão dos exilados, pois Palmela vai distribuir os emigrados por seis classes: oficiais generais, oficiais de primeira e segunda linha, empregados civis, sacerdotes e terminando com os praças de *Pret* e voluntários, onde Luz Soriano se incluía, recebendo uma irrisória quantia de 2$480reis/mês, e acusa que: "…todos os indivíduos das primeiras cinco classes foram viver em lodings, e hotéis, mas os da 6ª tiveram que residir em dois armazéns…"[132], armazéns esses situados à beira mar e destinados essencialmente a receberem madeiras: "…dois casarões desabrigados, …, sem janelas de vidraças, sem bancos, cadeiras e camas…"[133], tornando-se o barracão célebre em versos de alguns liberais.

A classe de voluntários é comparada à condição dos "…pretos escravos nas suas viagens da Africa, …, fundeados n´um porto de Inglaterra, os desgraçados voluntários e académicos, em paga do seu patriotismo…"[134]; ironicamente descreve a situação do grupo que incorpora: "…foram elles que exprimentaram as primeiras amostras da famosa igualdade, que o systema leberal nos promettia…"[135], concluindo o raciocínio que os protegidos do Marquês de Palmela não viviam em tais condições.

Esta situação é o despertar de muitas outras decepções que Soriano vai atribuir ao sistema liberal, pelas palavras: "…quanto illusorio não é o dogma liberal de que a lei é igual para todos…"[136], no qual exprime o seu desagrado num requerimento intitulado *ad prepetuam rei memoriam*, classificando a sua situação de horrorosa e num acto de desespero afirma: "… me expuz à moléstia voluntária…"[137], como forma de se ver livre do barracão é internado no hospital militar. Esta situação possibilita-lhe travar conhecimentos e amizades, conhecendo a família de *Jonh Hill*, pai de um alferes que morrera no hospital, mas que o acolhe em sua casa. Este Inglês, que vai despertar simpatia em Soriano, ensina-lhe o idioma: "… recebi delle algumas lições de inglez…"[138], consagrando- se na memória do autor como homem de valor, daí sua referência. Ainda em Inglaterra fica num aquartelamento como cozinheiro: "… apesar de pouco geito…"[139], chegando a andar "corrido e envergonhado",

[131] SORIANO, 1860, p. 396.
[132] SORIANO, 1860, p. 397.
[133] SORIANO, 1860, p. 397.
[134] SORIANO, 1860, p. 397.
[135] SORIANO, 1860, p. 397.
[136] SORIANO, 1860, p. 399.
[137] SORIANO, 1860, p. 400.
[138] SORIANO, 1860, p. 403.
[139] SORIANO, 1860, p. 403.

pois não possuía meios o que o leva a pedir dinheiro a alguns companheiros que lho negaram, desiludindo-se com esta recusa que ele próprio não adoptou ao longo da sua vida.

O descontentamento era visível não só em Soriano, mas por parte dos académicos que se queixavam da má administração e das graves injustiças recebidas; salienta ainda que a posição inglesa no que diz respeito à imigração agravou, pois foram obrigados a dispersarem-se em fracções pelo interior de Inglaterra. É então que a Ilha da Terceira se torna importante como ponto estratégico para a causa liberal, dando-se a organização do Corpo de Voluntários constituindo um só Batalhão, partindo para esta ilha em "gavias".

Dedica um novo capítulo à sua estadia na Terceira, salientando o episódio do desembarque, no qual ele próprio dá "vivas" ao retorno à pátria, como esperança de melhores condições. No desembarque na Ilha Terceira é saudado por um familiar de Sá da Bandeira, *Narciso de Sá Nogueira*: "…me estava no caes a saudar em altos brados: viva o amigo doutor, seja bem-vindo amigo doutor…"[140], que o convida a pernoitar em casa de um dos membros da Junta Provisória.

Naquela época a opinião dos moradores da Terceira era "…adversa a causa liberal favorável à de D. Miguel…"[141], contudo eram subjugados a esta; com o terminar do bloqueio inglês face ao reforço liberal, na Terceira: "…a Junta Provisória da Terceira habilitou-se a podel-a manter firme á causa da jovem rainha…"[142], mesmo com oposição absolutista, que os considerava intrusos e rebeldes à pátria. Por seu lado Soriano, não se amargurava com a vida militar e através de *Narciso Sá Nogueira* consegue, em Angra, obter a posição de: "… Director e Revisor de uma pequena imprensa…"[143], mandada vir de Inglaterra por Palmela.

Duque de Palmela, por esta altura, aguda a divergência entre os emigrados em França, chefiados por Saldanha, pois por meio de intrigas, se vê impossibilitado de receber subsídios do Brasil para os intentos da causa liberal. Também a classe política brasileira se torna um alvo crítico de Soriano, "… se duros e talvez mesmo cruéis foram para connosco os nossos irmão brasileiros…", referindo mais uma vez D. Pedro como responsável: "… D. Pedro nisto os quis imitar de perto…"[144].

À chegada à Terceira, Sá da Bandeira surge com o desejo de estabelecer um periódico, com o objectivo de se publicarem as medidas do Governo e por outro lado as

[140] SORIANO, 1860, p. 425.
[141] SORIANO, 1860, p. 426.
[142] SORIANO, 1860, p. 427.
[143] SORIANO, 1860, p. 428.
[144] SORIANO, 1860, p. 429.

notícias de Inglaterra ou França relativas à emigração, propondo a Soriano o cargo de Redactor da *Chronica da Terceira*: "…propôs-me tomar a meu cargo respectiva redacção…"[145], mas com uma condição: "…que se transcreviam sempre fielmente todas as notícias…"[146], salientando sempre que estava a lutar pela causa liberal. Mas exerce o seu cargo apenas durante 3 ou 4 meses, justificando a saída: "…vendo-me contrariado pelo Marquez de Palmella no pontual desempenho das minhas promessas…"[147], provando assim ser severo, independente e íntegro de carácter.

Nos anos de 1831 e 1832 foi colaborador na *Folhinha da Terceira* e nas folhas avulsas, realizando outras publicações com o título "Diversas Poesias", além de realizar peças de teatro como "O Imperador José II" e "Attílio Regulo"[148]; referindo a aceitação do público "…alli representei bastantes applausos e palmas"[149].

Ainda no campo militar refere a tomada de todos os Açores, custeados os encargos de um empréstimo contraído pela *Junta Provisória* junto dos moradores.

Em 1832, segundo Soriano surge uma nova esperança para os liberais, "…largou felizmente D. Pedro para os Açores…" (a 10 de Fevereiro de 1832), chegando a S. Miguel no dia 22 do mesmo mês, apesar de D. Pedro nutrir já "…forte opposição da parte dos emigrados, relacionados com os amigos de Saldanha…"[150], contudo o principal adversário de *Duque de Saldanha* era Duque de Palmela, e vice-versa, tornando-se na óptica do autor "…o principal mottor dessa guerra…"[151]. Soriano aproveita por inferir uma crítica ao partidarismo, *clubismo*, salientando que este "mal" emerge também na Ilha Terceira, e que apesar de tanto condenar esta prática, Simão José da Luz Soriano vai pertencer a uma sociedade secreta denominada *Sociedade de Amigos*, apelidando-se com o pseudónimo de "Catão – o Censor", pedindo a exoneração de sócio devido a desigualdades e emergirem os interesses particulares contrariando os valores que defendia; sem voltar até final da sua vida a pertencer a tal associação. Mas tentando transmitir ao leitor a imagem que enquanto membro "…ninguém mais do que eu lhe foi do coração votado aos interesses e reputação…"[152].

---

145 SORIANO, 1860, p. 439.
146 SORIANO, 1860, p. 440.
147 SORIANO, 1860, p. 440.
148 SORIANO, 1860, p. 441.
149 SORIANO, 1860, p. 441.
150 SORIANO, 1860, p. 450.
151 SORIANO, 1860, p. 450.
152 SORIANO, 1860, p. 453.

Com o desembarque de D. Pedro, foi Soriano o escolhido para o aclamar no meio do povo: "… fui eu o que no meio do grupo do povo, …, levantei, … as vivas á carta construcional…"[153], mas prevendo o futuro da emigração como "muito aterrador".

D Pedro é caracterizado por Luz Soriano como um homem sempre pronto a motivar o seu exército, participativo e prestativo, solidificando a ideia pela frase: " …as salas do seu palácio estavam durante a noute abertas para todos os seus súbditos…", mas mesmo assim não o iliba das responsabilidades.

Formado o exército libertador a 29 de Maio de 1832, no qual Soriano incorpora como praça da companhia de artilheiros académicos. Embarcando para a libertação e desembarque no Mindelo a 27 de Julho de 1832, com o objectivo de restaurar o trono de D. Maria II.

O desembarque dá-se a 8 de Julho de 1832, na praia do Mindelo, sem oposição, o que o espanta e a todos os liberais, mas D. Pedro não os esperava, pois assumia o receio dos exércitos de seu irmão.

Tomada a cidade pacificamente, sem força, em 24 horas o exército liberal dominava: "… sem que para conseguir tivesse disparado um só tiro…"[154].

Luz Soriano, esse não desembarca no Mindelo, mas entra pela barra do Douro e desembarca após sido tomada a cidade na Ribeira, pois o seu estado de saúde o obrigava, "uma rebelde e intensa inflamação local me atacava…"[155], mas refere que apesar da fácil tomada da cidade, em Gaia, as tropas Miguelistas tomavam posições sob o comando do general Santa Marta; despertando um sentimento de obrigação que leva a que Soriano inicie uma descrição breve do Cerco do Porto, temática a que vai dedicar um Livro, com 1ª edição em 1846.

Hospedado em casa de um negociante, com o nome de José Pedro de Barros Lima, morador na "rua de S. João", vê-lhe proporcionada a recuperação da doença, referindo Soriano: "…se tratasse como se estivesse na sua própria casa…"[156], pois o seu estado de saúde era preocupante, aconselhado a realizar uma operação, pressupõe-se à garganta. Nesta altura a situação política e militar dos liberais aquartelados no Porto não era a mais favorável, apesar da mensagem sempre esperançosa de D. Pedro, mas longe de realidade: "Desiludidas porém similhantes esperanças, pelos factos do que me contrario se via…"[157],

---

[153] SORIANO, 1860, p. 453.
[154] SORIANO, 1860, p. 510.
[155] SORIANO, 1860, p. 551.
[156] SORIANO, 1860, p. 552.
[157] SORIANO, 1860, p. 518.

alastrando um sentimento de receio quanto ao futuro, quer da população como dos próprios liberais, isto porque Soriano, face ao seu estado de saúde e à condição do pequeno exército liberal, comparado com o absolutista, planeia o suicídio: "… debaixo destes miseráveis auspícios dispuz-me ao suicídio, no caso de se verificar triumpho miguielista…"[158], mas o seu estado de saúde não permitia a fuga, preparando assim o suicídio: "… mandei vir da botica, …, uma boa porção de ópio, que conservei de reserva para tomar…"[159].

O cerco começava a delinear-se face às posições tomadas a norte da cidade e a sul do rio Douro pelo exército miguelista chefiado pelo general *Povoa*s, o que confinava os liberais estritamente à cidade do Porto; não levando a cabo tal decisão pois a situação liberal não se tornava tão malfadada como parecia. Mas face à rivalidade dos generais, no seio do exército miguelista, acusando Povoas de: "… falta de audácia e timidez…"[160]. Assim D. Pedro vai apostar na defesa da cidade e a 8 de Setembro de 1832, Soriano já restabelecido e apresenta-se nesta data incorporando o batalhão académico, instalando-se na Serra do Pilar.

Sá da Bandeira é aludido, pois a 10 de Novembro é nomeado ministro da Marinha e Ultramar e no Cerco do Porto perdera um membro superior; no meio de "tamanha bravura", Soriano e Sá da Bandeira vêm reforçados o seu contributo, pois ninguém, com mais puras intenções que Soriano se alistara no Partido Liberal desde 1820, atribuindo a esta dedicação a falta de reconhecimento, mas justificando sempre com uma presença continua em todas as etapas do liberalismo ao longo do século e em especial do exílio[161].

No final do exílio, já com 30 anos, apercebe-se do contínuo enraizamento do clubismo nos exilados, mas que ele próprio vai acabar por cometer para obter uma colocação num cargo de estado, justificando-se: "…também então me lembrei de alcançar uma collocação, arrastado pelo exemplo…"[162], concluindo que nenhum politico olhava ao mérito, ou serviço prestado, mas à protecção partidária, situação tão focada e criticada pelo autor, na qual ele vai ceder, pois é um produto de um sistema, uma mudança ideológica e política, de um século de transformações e paixões. Pede a Sá da Bandeira que o introduzisse numa das secretarias de estado, pois confiando na posição de estima e conhecimento de méritos que obteve, mas não sendo atendido.

Mas por intermédio do Barão *Renduffe*, amigo íntimo de D. Pedro, consegue que a requisição tomasse consistência alcançando o cargo de amanuense; culpabilizando Sá da

---

[158] SORIANO, 1860, p. 518.
[159] SORIANO, 1860, p. 519.
[160] SORIANO, 1860, p. 521.
[161] SORIANO, 1860, p. 532.
[162] SORIANO, 1860, p. 533.

Bandeira: "…o ministro meu amigo fez a definitiva nomeação, …, protecção para comigo não o cegou a ponto de me fazer mais do que Amanuense de 1º classe…"[163], revoltado pelo facto de que possuía mérito, pois como emigrado desempenhara sempre as tarefas que lhe eram propostas dedicando-se ao liberalismo em Portugal e assim como no exílio; tendo expressado a influência que teve como literato, homem culto, mas ao mesmo tempo prestável à causa, o que ao longo da sua obra é perceptível embora com uma frustração face ao regime e pessoas.

Em 1837, resolve concluir o curso de medicina, aproveitando a legislação de 20 de Outubro de 1834, que permitia ao estudante emigrado concluir a sua formação à custa do estado, terminando o curso em 1842.

Acusa *António Pedro de Carvalho*, Oficial Maior, como um dos seus principais inimigos públicos: "… desde a ilha terceira em 1831, este homem se me declarou não somente hostil, mas ate meu figadal e incapotado inimigo…"[164], apesar de no início do movimento liberal se mostrar ser amigo, e que depois o despreza com a nomeação do cargo após o Cerco do Porto, como Director Geral da Marinha e Ultramar, o que o vai impedir de progredir na carreira e incitar a uma série de conflitos públicos, apelidando Carvalho de: "… sem educação, nem maneiras…"[165], e iletrado, pela maneira como intervinha na câmara e escrevia.

[163] SORIANO, 1860, p. 534.
[164] SORIANO, 1860, p. 536.
[165] SORIANO, 1860, p. 537.

Capítulo III
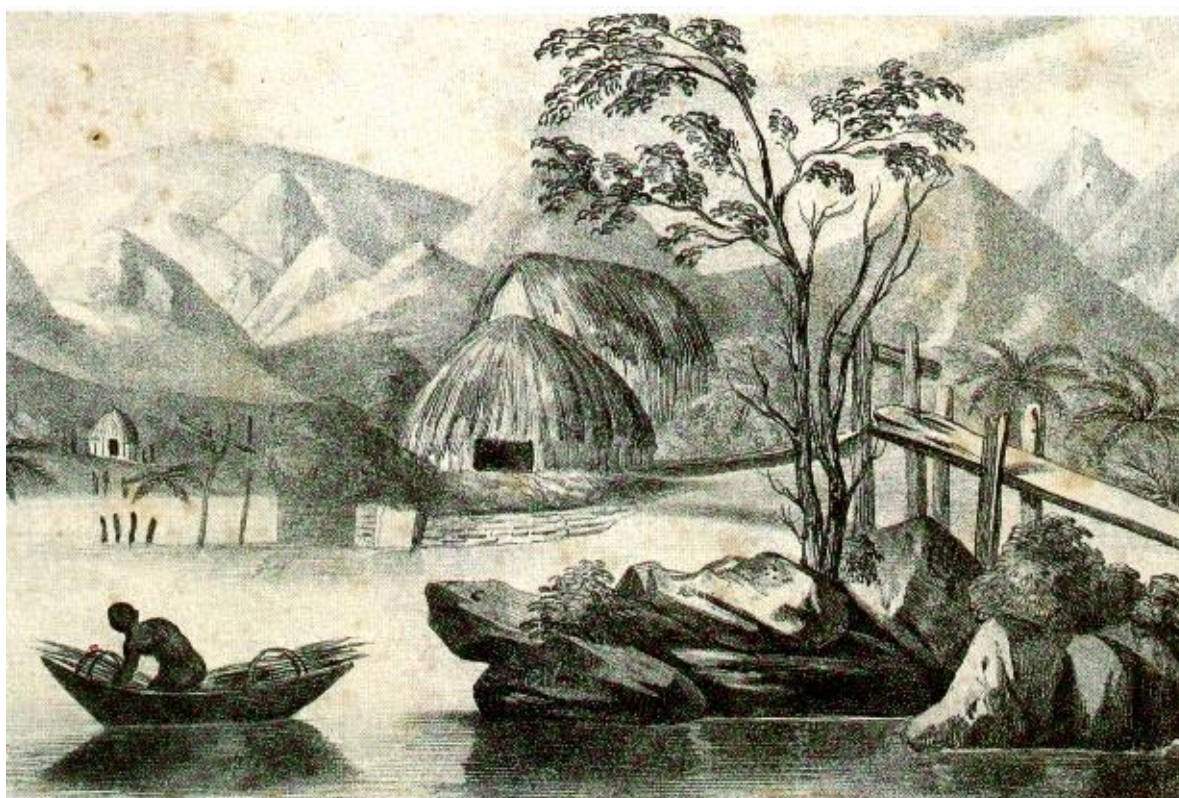
Ilustração 4: Sertanejos de Bié

Percurso Profissional

Oficial Maior Graduado da Secretaria do Ministério da Marinha

No plano profissional e assumindo cargos da administração pública, Simão José da Luz Soriano, desempenhou o cargo de Oficial Maior Graduado da Secretaria do Ministério da Marinha e Ultramar pela província de Angola, a partir de Outubro de 1842. Com o passar dos anos, foi-lhe reconhecido o mérito no desempenho de tais funções, por toda a classe política, classificando a sua postura profissional como: "… humilde e secundária, como foi a minha, de chefe de repartição"[166]. Todavia, procurou justificar a sua actuação profissional, assumindo um perfil e conduta submissa, sem iniciativa própria e regulada por deliberação superior. Num sentimento de fervor patriótico, afirmou por várias vezes, estar consciente de ter desempenhado o melhor serviço à pátria, afirmando que "ninguém com mais zelo e dedicação pelo serviço era capaz de desempenhar as funções de chefe de repartição…"[167].

Com a perda da província do Brasil, por volta de 1821, os políticos liberais expressam a necessidade de Portugal explorar melhor as outras províncias ultramarinas. Lentes tomam a dianteira na alternativa à província perdida e pela voz de Fernandes Tomás surge uma hipótese: "é necessário dar uma particular atenção aos nossos estabelecimentos de África e das ilhas adjacentes a Portugal. Quem sabe quais serão um dia os nossos recursos e nossos meios?(...), a prudência ensina que nada se deve desprezar quando se trata de fazer permanecer a felicidade dos povos… "[168]; e com o rebentar do movimento liberal no Porto, chegando à metrópole rumores que a corte brasileira não aceitaria voltar à condição de província, reforçam mais a ideia por parte de alguns liberais que a solução à perda do Brasil estaria nas províncias Africanas, em especial em Angola, procurando colmatar problemas económicos derivados da independência do Brasil.

No entanto, a historiografia, no que diz respeito à questão colonial de Portugal do Século XIX, fazia apenas algumas referências pontuais centradas no projecto colonial de Sá da Bandeira, na primeira metade do século e o Ultimato Inglês na segunda metade do século. O que induzia a generalidade dos autores a negar a possibilidade de um genuíno projecto colonial português no século XIX, centrando-se a vontade de manter o império colonial em África e manter as colónias como testemunho dos nossos feitos passados.

---

[166] SORIANO, 1860, p. 556.
[167] SORIANO, 1860, p. 556.
[168] Diário da Câmara dos Deputados Sessão 3/5 de Fevereiro de 1821.

Relegando a importância de África para segundo plano e dando enfoque à província Brasil que se perdera e toda uma economia que girava em seu torno. Ideia essa que movia a sociedade portuguesa de 1820.

Esta situação agrava-se com o regresso de D. João VI para a metrópole, seguido do juramento da constituição de 1822. Estes factos coincidiram com a notícia da independência Brasileira, proclamada por D. Pedro; originando em Portugal duas correntes que defenderam duas posições distintas: por um lado os que defendiam o uso da força para subjugar o Brasil, e por outro, a inevitável independência e a oposição ao envio de um contingente militar para esse território, concentrando-se as atenções nas províncias que restavam.

Na perspectiva de reorganizar a nossa economia e império colonial, centrando atenções em África, surgem personalidades como José Liberato Freire de Carvalho e Solano Constancio, os quais assumiam posições através da imprensa[169], concluindo que um novo projecto poderia ser empreendido, pois a população brasileira era de origem africana.

Neste contexto, o de uma sociedade que foi profundamente marcada, quer do ponto de vista económico, quer institucional, pela existência de um império Sul-atlântico, que agora o via dissolver-se, como alternativa à perda do Brasil, implícita nos relatórios[170] da Comissão de Ultramar sobre Angola e Moçambique, 19 de Abril de 1822, surgiu o primeiro documento oficial, referindo-se ao tráfico de escravos, como meio de comercialização de mão-de-obra, no qual é recomendado a utilização da mesma, mas no local de origem, de forma a promover o desenvolvimento dos trabalhos agrícolas, das minas de ferro, ouro e prata que nessas províncias de África existir. Por outro lado, foi proposta uma abolição do tráfico de escravos com destino ao Brasil, sendo este apelidado de "Comércio injusto, tirânico, e que ataca os princípios da religião, da humanidade e da política". Apesar deste documento, a única medida concreta em que se traduziu, foi no envio de um contingente militar para Angola, como meio de defesa face a uma possível investida Brasileira em tal território em 1822.

Em 1823, com a *Vilafrancada* e dissolução das cortes, o governo absolutista reforça a protecção a Angola nomeando capitães-generais.

Portugal não tinha uma política efectiva, quer de povoamento, quer de domínio territorial, sendo a sua presença apenas visível nas partes litorais, traduzindo-se interpostos comerciais e pequenas povoações no litoral.

---

[169] *Campeão Português, Jornal da sociedade literária Patriótica,* conferiam primazia a um novo projecto centrado em África.

[170] Relatório de Fernandes Tomás, publicado por José Tengarrinha, in A Revolução de 1820, Lisboa, Seara Nova, 1974, p.62.

Em Angola, 1822/23, o governo de Nicolau Castelo Branco, faz uma política de povoamento nas zonas de Luanda, Benguela, e Ambriz, foz do rio Zaire, de modo a estreitar as relações e com o objectivo de impedir uma ocupação indevida por outras nações, reivindicando o abandono da terra por parte de Portugal. Por volta de 1825, é lançada uma portaria do Conselho Ultramarino, também este, um órgão que obtém mais relevo na vida política e administrativa com a política colonial, com o objectivo explicito de ser explorado o sertão da Zona de Ambriz, pressupondo o domínio do tráfico de escravos e permitir a Portugal a fixação de população nesses locais.

Por esta altura e Portugal forçado a reconhecer a independência brasileira, em 1825, abre caminha para uma política mais efectiva sobre as províncias de África, dando origem à criação de um Real Instituto Africano na Universidade de Coimbra[171] e de um projecto de lei para a abolição da escravatura[172].

Contudo, esta política não nutre efeito, pois Angola, face às instruções dadas durante a década 20, só a 4 de Janeiro de 1830 lhe vê atribuída uma tentativa de estabelecimento de uma feitoria em Ambriz e "boca do Zaire", com fortins, não se tornando possível consumar dado o clima de crise económica e à presença Portuguesa confinada a pequenos espaços ao longo do litoral, o que diminuía o domínio, apenas controlando pontos terminais de rotas de comércio.

Também no domínio da política económica, a década 20 de oitocentos, demarcasse pela intervenção de Manuel Inácio Martins Pamplona Corte Real, *1º Conde de Subserra*, que tenta persuadir alguns empresários da capital a estabelecerem comércio directo com a província de Angola, em especial na zona de Luanda, concedendo alguns privilégios e envio de embarcações por conta do estado e baixas taxas alfandegárias, quer na importação como exportação. Possibilitando o aparecimento de 26 firmas com remessas de 20 carregamentos directos para Angola no espaço de um ano, mas o comércio não se consegue manter, pela falta de produtos de retorno, pois só dispunham de dois produtos: o marfim, exploração exclusiva da realeza, e o tráfico de escravos.

Em 1825 foram tomadas medidas de incremento de técnicas de cultivo nas produções locais, nomeadamente nas de *algodão* e o *anil*. Soriano refere ainda a importância dos metais preciosos de modo a atrair e fixar população no interior. Também o *ferro* e *enxofre* são citados, bem como a plantação de *café*, e prevendo-se a possibilidade de se incrementar a exploração da *cana-de-açúcar*, mas o comércio de escravos não deixava de proliferar e

[171] Proposta de Morais Sarmento na sessão de 22 de Dezembro de 1826.
[172] Apresentado por Morais Sarmento na sessão de 19 de Dezembro de 1826.

impossibilitar o desenvolvimento de novas políticas. Isto porque o tratado Anglo-Brasileiro, de 1826, previa a abolição do tráfico de mão-de-obra escrava e punha em causa qualquer tentativa de povoamento, como desenvolvimento na província de Angola, quebrando as receitas de estado.

Desperta uma relação de cooperação nos vários órgãos de poder, tendo sido adoptada uma política activa e de abolição da escravatura por Duque de Palmela, embaixador em Londres, mas nas Cortes esta questão cai no esquecimento, pela oposição do *Conde de Porto Santo*, que recusa a extinção do tráfico, face às repercussões no rendimento de Angola como de Moçambique; talvez no futuro fosse ponderada tal situação, mas este tratado, vai obrigar mesmo a uma modificação da política colonial.

Com o *Miguelismo* e com o estudo de Acúrcio das Neves[173], a ideia de que Portugal deveria apostar num novo projecto colonial é reforçada, apontando o território Africano para explorar e a Ásia para comercializar; mas não passou de um projecto, que viu como uma miragem a sua realização, pois a crise económica agravava-se e as taxas cobradas pelas importações eram de 10 % dos géneros coloniais, sendo essa produção quase nula; o desconhecimento das realidades físicas territoriais era também um facto que originava insucesso.

Em 1834, sob a chefia colonial de Sá da Bandeira, como Ministro da Marinha e Ultramar, o controlo das províncias atingia o seu ponto mínimo, pelo facto que durante o Miguelismo a perda da legitimidade dos governadores vai reforçar o poder local, limitando a acção do poder central.

Com o reino marcado pela devastação, causada pela Guerra Civil que originou instabilidade política e económica, este vê-se mergulhado na falência, tomando consciência que só através da exploração do potencial africano poderia ter recursos para subsistir à crise e desenvolver a economia e comércio, apoiando-se assim numa política ultramarina.

Sá da Bandeira, a 14 de Fevereiro de 1836, enquanto Ministro da Marinha, apresentou nas Cortes um projecto que consistia na recriação do império português, fundamentando-o no factor histórico e na sua continuidade. Persuadindo a Câmara de modo a darem continuidade da acção empreendida quer pela Dinastia de Avis, onde realça a figura de D. João II, mas sobretudo enfatizando as vantagens económicas que daí adviriam, através da exploração das terras e subsolos, referindo-se à extracção de metais preciosos.

[173] NEVES, 1830, p. 241.

Apresentou à classe política uma plausível alternativa ao Brasil, quer na produção de géneros quer na exploração de minas de ouro, cobre e ferro, além das pedras preciosas que em Angola abundavam no subsolo. Afirmando: "Promovamos na África a colonização dos Europeus, o desenvolvimento da sua indústria, o emprego de seus capitais, e umma certa série de anos tiraremos os grandes resultados…"; os interesses da política de Sá da Bandeira baseavam-se em três pontos: primeiro criar mercados que absorvessem as produções da indústria e agricultura da metrópole, sem dependência da política comercial estrangeira; por outro lado, assegurar àquelas produções mercados vantajosos; e por fim obter, por sua troca e sem exportação de numerário, os géneros que Portugal carecia, sem necessidade de recorrer a produtos estrangeiros, através do emprego da navegação nacional nos transportes para as províncias.

O êxito deste projecto consistia na reorganização do aparelho colonial, de modo a que pudesse existir um sistema de governo e uma vigilância permanente da mudança de ministros, como forma de controlo da autoridade.

Também em 1834, "os negócios do ultramar", isto é, a política ultramarina é distribuída pelas diversas secretarias de estado, sendo estas anexadas, em 1835, por força da ratificação do diploma nas Cortes, prevalecendo unicamente a Secretaria da Marinha e Ultramar, voltando-se a nomear governadores, munidos de todos os poderes com excepção do judicial.

Em 1836, no período *Setembrista*, é estabelecido um quadro geral da administração ultramarina, regulamentada através de um conjunto de decretos, determinando que os domínios africanos eram divididos em três: Cabo Verde, (arquipélago e Guiné), Angola e Moçambique, com um governo particular em S. Tomé. Os domínios asiáticos seriam chefiados pelo Governador-Geral do Estado da Índia. Juntamente com esta divisão é criado o Conselho do Governo, composto por chefes de repartições judiciais, militares, fiscais e eclesiásticas.

Na província de Angola, Sá da Bandeira, em 1838, apoia a montagem de um engenho de açúcar e uma fábrica de aguardente, com mestres brasileiros, e a abertura de estradas, aproveitando as vias fluviais; incrementando a ideia que a Metrópole deveria financiar o desenvolvimento das possessões ultramarinas, contudo as quantias disponíveis para tal eram meramente simbólicas.

Luz Soriano e a relação com Moçâmedes

Ilusatração 5: Cidade de Moçâmedes

Luz Soriano apresenta-se como uma figura importante para Moçâmedes e para a província Ultramarina de Angola. Este lente e figura do século XIX, ganha relevo no contexto da política ultramarina como chefe da Repartição de Angola no Ministério do Ultramar. Importância essa iniciada com a tomada de conhecimento, a 13 de Julho de 1848, de um dos colonos portugueses fixados em Pernambuco, de nome Bernardino Freire de Figueiredo Abreu e Castro, havia dirigido um memorial ao governo de Portugal. Documento este, com o objectivo de descrever a situação dos seus compatriotas perseguidos naquela ex-colónia pela revolução *Praieira*[174], e informando que muitos destes compatriotas estariam interessados em se mudarem para um outro local, onde fundassem uma colónia agrícola e se sentissem a salvo. Já anos antes deste feito, Luz Soriano havia descoberto no arquivo da Secretaria do Ministério do Ultramar, um ofício do Barão de Moçâmedes descrevendo a exploração da costa e sertões meridionais da Província de Angola.

Consciente da importância das regiões exploradas, resolveu elaborar um projecto de colonização para Moçâmedes, com o objectivo principal de atrair colonos à citada localidade, munindo-se das informações dos ditos governadores da dita localidade, nos quais estes realçavam os pontos fortes da mesma, através de numa memória descritiva: do porto, das suas vantagens para a navegação e comércio, da salubridade do seu clima, e da fertilidade dos sertões limítrofes.[175]

---

[174] A Revolução Praieira foi uma revolta de carácter liberal e federalista ocorrida na província de Pernambuco entre os anos de 1848 e 1850. Dentre as várias revoltas ocorridas durante o Brasil Império, esta foi a última. Ganhou o nome de praieira, pois a sede do jornal comandado pelos liberais revoltosos (chamados de *praieiros*) localizava-se na rua da Praia.

[175] 3ª, 6ª série da colecção de 1846 dos Anais Marítimos e Coloniais.

Cingido à condição de chefe de uma Repartição do Estado, Luz Soriano expôs ao Ministro Visconde de Castro[176], Ministro dos Negócios Estrangeiros, a necessidade de, com eles se fundar em Moçâmedes, no Sul de Angola, uma colónia agrícola, empenhando-se activamente neste projecto, o que originou por parte do dito Ministro, deixar a cargo de Luz Soriano a colonização do Distrito. Inclusivamente foi Luz Soriano quem indicou ao Ministro, o nome do capitão-tenente António Sérgio de Sousa para primeiro Governador de Moçâmedes, tendo coordenado e redigido as instruções por que se havia de regular o governador na comissão para a qual fora nomeado.

Da metrópole foram mandados, para garantir a segurança dos portugueses do Recife, dois brigues[177] de guerra, Douro e Vila Flor, bem como instruções para facilitar a transferência e o estabelecimento dos emigrantes para Moçâmedes.

Foi também publicado um edital, no Diário de Pernambuco de 31 de Janeiro de 1849[178], pelo qual o Cônsul de Portugal, Joaquim Batista Moreira, apresentando-se como presidente de uma comissão especial,(criada no Recife em 26 de Dezembro de 1848 composta por: Bernardino Freire de Figueiredo Abreu e Castro, Ângelo Francisco Carneiro, Bernardo de Oliveira Melo e Miguel José Alves, secretário), comunicava que o governo concedia as seguintes facilidades a todos os que se quisessem transferir para a África: passagem e sustento à custa do Estado, inclusive às famílias; transporte para móveis e objectos pessoais; "instrumentos artísticos ou agrícolas e de quaisquer sementes"; terrenos na colónia a ser fundada e uma mensalidade durante os seis primeiros meses após a chegada ao território.

Neste contexto, Luz Soriano descreve o seu empenhado na colonização e consequente segurança da baía, vincados na sua obra "Revelações da minha vida", apresentando os seguintes argumentos de defesa da dita acção em prol da colonização: "D'uma grande somma des escravos, apresados a bordo do brigue brasileiro «Caçador», ordenou-se, a 04 de Agosto de de 1844 que cincoenta casaes marchassem como libertos para Mossâmedes a fim d'alli se empregarem em trabalhos de agricultura. Mais ordenou em 22 d'aquelle mez que em Mossâmedes se organisasse uma companhia de linha debaixo do mesmo plano, que a dos mais presidios da provincia, devendo entrar nella não somente brancos, mas tambem homens de côr....".

[176] José Joaquim Gomes de Castro, o primeiro visconde de Castro, Ministro dos Negócios Estrangeiros.
[177] Um **brigue** é um tipo de embarcação à vela, com armadoria de dois a três mastros, árvores ou arvoredos, sendo o maior e os demais inclinados sempre para a frente, em novo desenho, sendo a versão militar blindada, da conhecida escuna tipo "clipper cutter", desenvolvido então o "brigue", nas Guerras da Independência dos Estados Unidos da América do Norte, tendo em média seis a dez canhões navais.
[178] Diário de Pernambuco de 31 de Janeiro de 1849.

Num outro ofício datado de 28 de Setembro de 1860[179], dirigido por Luz Soriano à segunda Câmara de Moçâmedes, no qual ofereceu um exemplar da primeira edição do livro «Revelações da Minha Vida», relatando alguns acontecimentos de que tomou parte ou de que teve conhecimento.
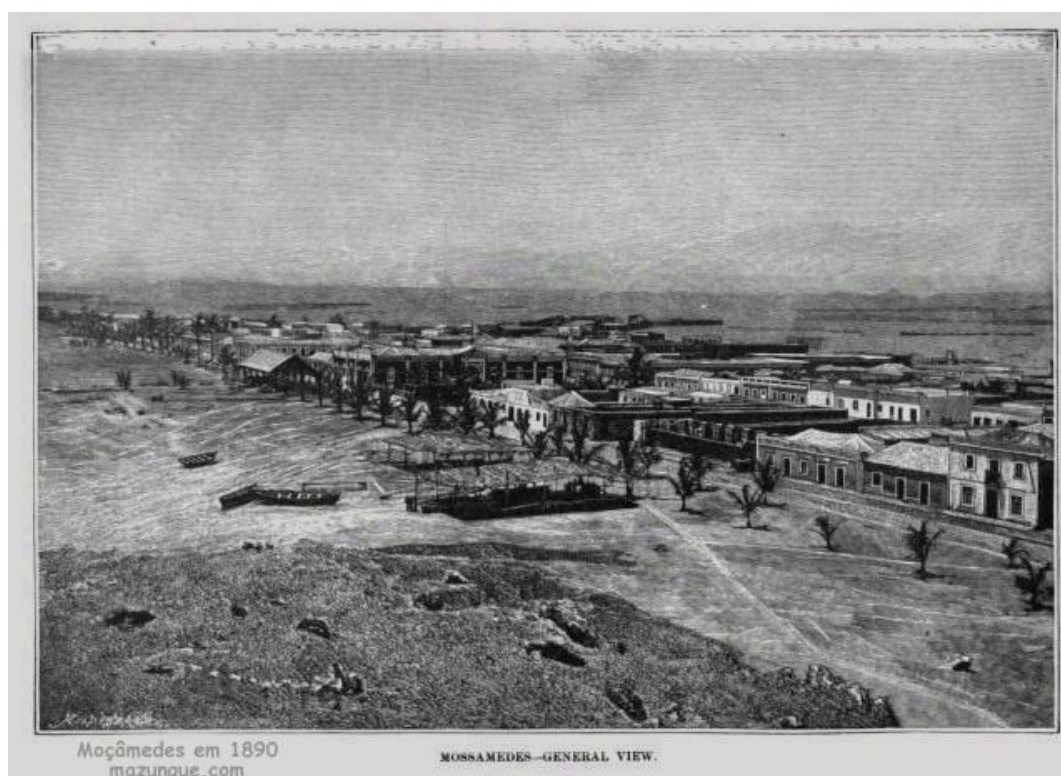
Ilustração 6: Moçâmedes em 1890

Nesta linha de actuação, centra-se a acção de Luz Soriano, na posição de Oficial Maior da Secretaria da Marinha e Ultramar, procurou promover, essencialmente, o povoamento de alguns territórios da província ultramarina de Angola, em especial de Moçâmedes. Soriano elencou a sua actuação no que diz respeito à colonização do referido território. Procurou povoar os territórios africanos, com a transferência de brasileiros que viviam em condições deploráveis. Todavia, esse povoamento ou reocupação territorial, despertou um sentimento de rivalidade entre os que aí residiam e os que chegavam, quer na posse das terras quer pelos mercados comerciais, o que originou conflitos armados entre os povos que aí habitavam com os recém-chegados.

[179] Anexo 1: Ofício datado de 28 de Setembro de 1860, dirigido por Luz Soriano à segunda Câmara de Moçâmedes.

No ano de 1851, após a queda de *Costa Cabral*[180], a política Portuguesa é marcada por uma nova fase, a *Regeneração*. Porém, no plano colonial as transformações são menos evidentes, mas há que salientar que nesse mesmo ano, dá-se à criação do Conselho Ultramarino (decreto de 23/09/1851) composto por vogais, com prática nos assuntos ultramarinos e com capacidade de administração e jurisprudência, com pleno conhecimento do território; devendo estes dar um parecer obrigatório sobre as propostas de lei do governo, referentes às colónias, ao parlamento, e por outro lado coordenar a colonização, dirigindo os emigrados para as colónias, criando benesses.

Soriano caracterizou as províncias africanas até 1842 como: "… nada mais tem sido desde a sua descoberta até ao nosso tempo do que um simples viveiro de escravatura para a América…"[181]. Enfoca a importância das colónias ultramarinas para a metrópole, descrevendo as colónias e elencando as suas potencialidades. Fez referência ao clima, como factor fundamental para desenvolver produções agrícolas, salientando que apesar de estar próximo da linha equatorial era em muito parecido com o do Brasil. Por outro lado, reafirma que a colonização deveria ser efectiva e não pontual. Logo, o interesse de muitos outros povos europeus que cobiçavam aquelas possessões, em especial o Inglês, na sua visão expressava que: "… vi mais que a política de alguns gabinetes estrangeiros, e particularmente o inglês, nos contestava fazer por aquella parte effectiva a nossa auctoridade…"[182], não poupando críticas a Inglaterra e aos tratados luso-britânicos, apesar do tratado de 19 de Fevereiro de 1810 e 1815 ter reconhecido à coroa Portuguesa a reserva de direitos da África Ocidental.

A norte de Luanda, as tentativas de colonização foram infrutuosas, pelas dificuldades climatéricas, o que cativa a atenção de Luz Soriano, no seu desempenhar de funções de chefe da repartição de Angola. Mas, são os territórios a sul de Benguela, não contestáveis face à posse portuguesa, e com um clima favorável à agricultura e fixação, que despertou neste um sentimento de urgência de povoamento, tanto mais pela referência de João Baptista Douville[183], que estivera em Angola em 1827, referindo no documento 13 do 4º volume da sua viagem e no qual descreve o sertão de Moçamedes. Este território, a sul de Benguela,

---

[180] António Bernardo da Costa Cabral (9 de Maio de 1803-Porto, 1 de Setembro de 1889), o 1.º conde e 1.º marquês de Tomar, mais conhecido por Costa Cabral, foi um político português desempenhou cargos e funções de: deputado, par do Reino, conselheiro de Estado efectivo, ministro da Justiça e Negócios Eclesiásticos, ministro do Reino e por duas vezes presidiu ao Ministério.

[181] SORIANO, 1860, p. 556.

[182] SORIANO, 1860, p. 556.

[183] João Baptista Douville, explorador francês, de 1827 a 1830, percorreu o interior africano, e na sua estadia no porto de Moçâmedes, fez referência detalhada num trabalho apresentado ao Governo do seu país, editado em 1830.

possuía características excepcionais para a fixação populacional, um clima agradável e uma temperatura que rondava os 23º / 24°, descrevendo existir: "… haver alli agua doce, serem risonhas as margens do rio, …, serem pacíficos os povos dos sertões limitrophes…"[184]. Persuadindo os ministros do reino, para o excelente porto e local para fixação da povoação.

Durante o desempenho do seu cargo público como chefe de repartição de Angola vê-se sem recursos e sem investidores, pois não obtinham lucros na exploração dos interesses nas feitorias; por outro lado apercebeu-se que a colonização em Moçâmedes não proliferava pela rivalidade que Benguela nutria, tornando-se uma das causas de insucesso das feitorias aí instaladas.

Empenhou-se no projecto da colonização de Moçamedes e com o qual pretende assegurar todo o litoral, que compreendia a enseada de Moemi-Calenga até à baía de Moçâmedes; este desejo de colonização vem referido nos Anais Marítimos e Coloniais, nº3 6º série, de 1842.

O Governo nomeia uma comissão em Pernambuco com o objectivo de cativar colonos para Angola, provenientes das classes mais desfavorecidas, embarcando 300 colonos de ambos os sexos a 23 de Maio de 1844, chegando ao destino a 4 de Agosto; não produzindo efeito este projecto, pois os colonos ai chegados queixavam-se da insegurança e rivalidade vivida face a Benguela, originando um clima de tensões e guerras, não compreendendo: "… uma mal entendida rivalidade lhe levantaram os commerciantes de Loanda e Benguella…"[185], despertando um sentimento de desalento por parte dos colonos e um risco no investimento da metrópole na colonização.

É por volta de 1856 que se dá a primeira expansão militar, apoderando-se das minas de cobre de Bembe, seguindo em direcção ao rio Congo, proporcionado pela ocupação de Ambriz, apesar da oposição Inglesa que não desejava uma expansão Portuguesa em África, culpando Portugal de praticas mercantis restritivas e incapacidade de reprimir o tráfico de escravos. Com a tomada de Ambriz, em 1855, enquadrada num plano do Conselho Ultramarino, que consistinda no domínio do baixo Congo até Cabinda e Molembo, o avanço será feito pelo interior, fugindo à ameaça marítima inglesa e domínio do comércio realizado nas 2 margens do rio Congo.

A agricultura aí praticada começava a dar frutos, que para além de produtos para consumo próprio originava excedentes, lançando bases para a exportação, sendo exportadas de Luanda produtos vegetais e gado para a América e ilha de Santa Helena. Durante o ano

---

[184] SORIANO, 1860, p. 558.
[185] SORIANO, 1860, p. 564.

de 1857 constata-se que a mortalidade era quase nula quando derivada de guerras, mas apenas por morte natural; os Anais Marítimos e Coloniais fazem referência a um clima paradisíaco: "…seguramente o melhor de toda a Africa, e superior ao do Brasil…"[186], e um território que possui férteis terrenos, cortado por muitos ribeiros e rios.

Luz Soriano opina sobre a sua actuação político-administrativa, implantada na província de Angola. Pedindo ao leitor que realize um juízo de valor, em reflexão final, afirma que actuara ao serviço do país. E o seu verdadeiro objectivo e linha de actuação, era de provocar o desenvolvimento do território e criar riqueza. Apresenta em final de 1858, Moçâmedes, como a segunda maior povoação de Angola, com aproximadamente 1211 habitantes.

Neste âmbito, o objectivo principal da política ultramarina em Angola, estendeu-se essencialmente ao litoral, quer na exploração como no domínio. Para efectivar esta actuação Portugal procurou fundar feitorias; entre elas salienta-se as de Angra Fria e Foz do Cemene, surgindo entre os anos de 1857 e 1858; na zona central Angolana também surgia uma necessidade de influir nas regiões do Libolo e Quissama, com o objectivo implícito de controlar o interior, referida na portaria de 23 de Dezembro de 1857.

Para existir uma verdadeira transformação das estruturas económicas e coloniais, era necessário, segundo Sá da Bandeira, uma extinção efectiva do tráfico de escravos, que impossibilitava a implementação da agricultura, indústria e comércio lícito, para além de afectar a própria metrópole, não só a nível económico como administrativo.

No que se refere a esta questão, a escravatura, muito evidente nesta região ultramarina portuguesa, Portugal tomou uma posição concreta, por intermédio do decreto de 12 de Dezembro de 1854, ordenou o registo de todos os escravos existentes nos seus domínios, atribuindo ao estado o papel de "patrono natural dos escravos, dos libertos e dos seus filhos". Papel este exercido em cada colónia por uma "Junta Protectora", regulando a forma de alforria e manumissão. Mas, Sá da Bandeira, em 29 de Abril de 1858, então ministro da Marinha e Ultramar, fez publicar um decreto, que marcava o prazo de 20 anos, para a extinção da escravatura no ultramar. Foi também procurada a extinção do serviço forçado de "carregadores" em Angola, ordenada a partir de 1839. Porém, nunca foi cumprida até 1856, o que desperta um clima de tensão entre as autoridades coloniais e as da metrópole, em especial entre Sá da Bandeira e o Governador de Angola, Coelho do Amaral.

[186] SORIANO, 1860, p. 564.

O serviço de "carregadores" apresentou-se como incompatível com os desígnios da Carta Constitucional, nos termos do decreto de 3 de Novembro de 1856. Além deste conflito, Sá da Bandeira demarca-se pela sua política de colonização, tentou eliminar as formas de corrupção directa, fixando a população e integrando-a no mercado de trabalho e economia, através da imposição de um tributo. Acção idêntica realizada pelos Britânicos nas suas colónias, pois os colonos, de livre arbítrio, escolhiam a actividade que queriam realizar, procurando a mais produtiva. Estes tornavam-se capazes de pagar salários e arrecadar mais receitas, desenvolvendo a agricultura e fomentando a economia de plantação e comércio dos produtos.

Construíram-se vias de comunicação, estradas, aproveitando as vias fluviais, como o eixo Luanda-Cassanje, expresso na portaria de 30 de Julho de 1857; por esta altura são realizados os primeiros contactos para promover a construção de um caminho-de-ferro em Angola, autorizando-se a constituição de uma comissão para esse efeito, pelo decreto 28 de Agosto de 1857.

No plano económico, houve uma tentativa de fortalecimento das relações mercantis entre a Metrópole e Ultramar, através da formação da "Companhia Real Portuguesa", com a exploração das travessias marítimas, em barcos a vapor, mas incrementando-se mais tarde com a Companhia União Mercantil, que agrupava capitalistas das praças de Lisboa e Londres, obrigando ao estabelecimento de uma navegação regular, entre Lisboa e Portos de Benguela, passando por Luanda, Moçamedes e Ambriz, decretada a 6 de Maio de 1858.

A nível político, Sá da Bandeira, retoma uma tentativa de reformação do aparelho de estado colonial, em relação a Angola, suscitando a formação da "Junta Geral do Distrito", encarregue de dar pareceres sobre assuntos da província e efectivar a administração municipal, no ano de 1857, pela portaria de 10 de Janeiro. Além de uma tentativa de estabelecimento de um seminário em Luanda, a missionação era visível o que origina a criação de um colégio, com o nome de Colégio das Missões Ultramarinas em 12 de Outubro de 1856.

Contudo para realização destes projectos, Portugal necessitava de recursos, e esses escasseavam, juntamente com os meios humanos, pois África continuava a apresentar-se como zona de degredo e os esforços de transformação eram quase inúteis; por outro lado era com grandes dificuldades que se cativava quer missionários, quer militares, ou colonos para essas colónias africanas, e estando Portugal em crise, pelo clima conjuntural desfavorável, é agravada qualquer medida pela distância, dificultando o controlo das medidas e exploração dos territórios.

Capítulo IV
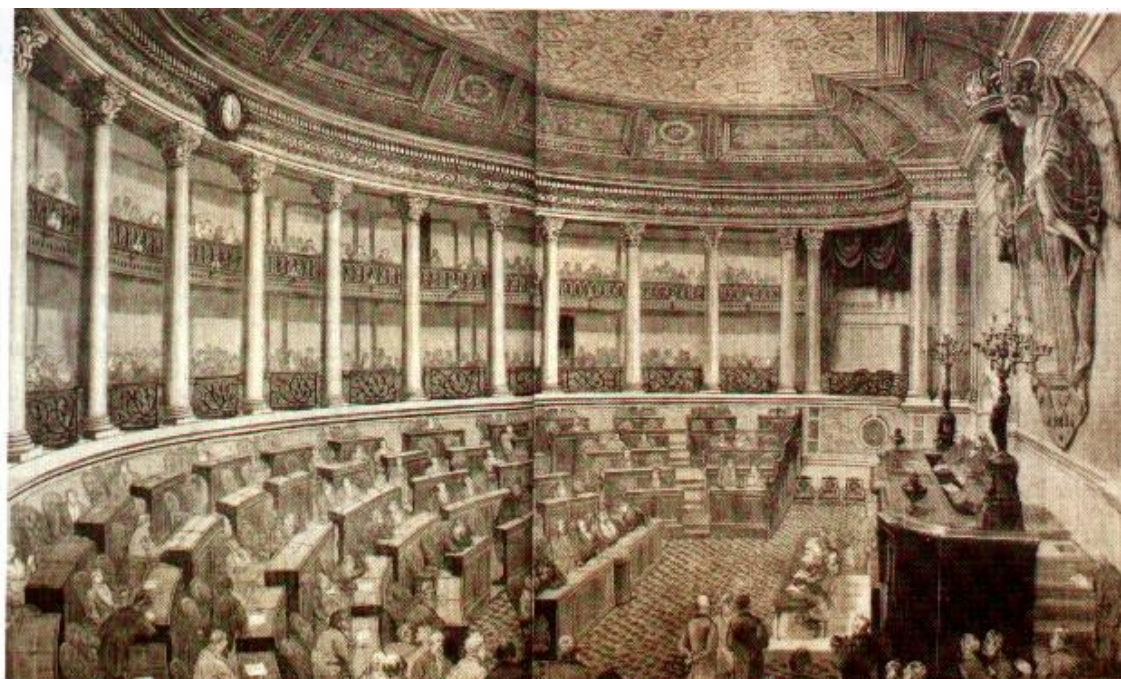
Ilustração 7: Câmara dos Pares

Luz Soriano: Acção Parlamentar

O Deputado

O *saber*, no século XIX, vai apresentar-se como veículo de transformação pessoal, prosperidade e emancipação colectiva, representando uma forma de ascensão social, possibilidade de progressão social para além da sua classe de origem; com a criação de novos postos e ocupantes para os preencherem, visível no período liberal, torna-se uma das fases mais significativas de ascensão social; também a influência das relações pessoais sobre a distribuição de cargos poderia exercer-se em favor dos pretendentes, mas o posto social, por via legitima, intelectual, possibilitava pretensões de acesso a um poder e um direito de ocupar determinadas posições.

Luz Soriano, depois de uma passagem de nove anos[187], na década 40, pela secretaria ultramarina da Província de Angola, pede a demissão de tal cargo no ano de 1851. Para esse feito alegou não possuir condições para exercer a sua função, motivada pelo desacordo e conflito pessoal com o seu superior hierárquico, denominado pelo escritor de *Carvalho*[188]. Apesar de um convite de Fontes Pereira de Melo, como Ministro do Ultramar, que lhe endereçara para dar continuidade ao projecto desenvolvido nos últimos anos de chefia na província de Angola.

É no ano de 1852, precisamente a 31 de Maio, que Simão José da Luz Soriano toma assento parlamentar na câmara electiva. Assento este tomando por parte do biografado pela província de Angola, pela qual tinha dedicado uma parte da sua vida profissional e política.

Introduzido na Câmara, num clima de discussão sobre uma temática que directamente lhe era familiar; inicia a sua vida parlamentar com a audição de um parecer de uma Comissão de Verificação de Poderes, constituída em 2 de Maio de 1852, por José Caetano de Campos, Vicente Ferrer, Leonel Tavares Cabral, Ribeiro da Costa Holtreman e João de Melo Soares e Vasconcelos; examinando as actas e os documentos anexos sobre a eleição do círculo eleitoral de Luanda, apresentando-se com o total de 24 eleitores, sendo eleito Luz Soriano com o total de 22 votos[189]. Apresentando-se como uma eleição regular constatada pela comissão, contudo surge contra este um requerimento de Francisco Tavares de Almeida, ex-governador do distrito de Benguela, alegando que doze dos eleitores deste

[187] SORIANO, 1860, p. 572.
[188] António Pedro de Carvalho
[189] Diário da Câmara dos deputados sessão 10 31/05/1852, 4º vol., p. 89/90.

colégio eram empregados amovíveis; apesar de tal requerimento para a comissão não provar irregularidades, continua válida a eleição de Soriano, proclamado Deputado da Nação.

Numa conjuntura política que se esperava diferente, depois de uma governação ditatorial de Costa Cabral, que segundo Soriano: "… nada mais foi por outro lado do que uma série de continuados esforços para se conservar no poder…"[190], no qual o povo foi o primeiro a sentir o peso da governação, face ao enorme peso tributário. A nova esperança que se depositara na mudança, que o próprio nome expressa, *Regeneração*, vai despertar em Soriano, depois da passagem pelas cortes, uma opinião de "desconceito", caracterizando esta fase político-histórica como "omissa" pela acção dos homens, e para além do que esta fase política causa no próprio Soriano. Naquele momento da sua vida, depois de um percurso político, como homem, como cidadão liberal e após a sua saída da chefia da secretaria de Angola, e pelas amizades que contrai, ele próprio afirma o voto de amizade reflectido na sua eleição dado pelas pessoas de Angola, expresso nas palavras: "…fiz constar aos amigos, que então tinha em Angola, que se lá me apresentassem por candidato ás cortes, e a minha eleição vencesse, eu aceitaria, e a tomaria como da consideração, que aos moradores merecia …"[191], eleito por todo o colégio eleitoral, exceptuando um voto, reforçando a sua eleição através do seu serviço prestado e não na recomendação "clubistíca".

No momento em que toma assento nas Cortes presencia já uma discussão desencadeada pelo deputado Jeremias Mascarenhas, que, aproveitando a presença do Ministro do Ultramar, chama a atenção dos assuntos referentes ao Ultramar, e salientando que a classe política em geral, possuía um enorme desconhecimento sobre este assunto. Documentos esses, como o orçamento para as províncias ultramarinas, que em 1851 não tinha sido apresentado, pedindo a máxima urgência na resolução deste ponto. Nesta altura Soriano vê-se situado entre dois partidos, nos quais ele se senta no meio, de um lado o partido "moderado" de outro o "sectário", expressando um sentimento de: "…decidida oposição aos ministros da regeneração…"[192], apresentando uma linha de discurso remetida no interesse da província pelo qual tinha sido eleito, Angola. É nesta altura, que Soriano constata que tornando-se deputado lhe conferia um acesso quer à sociedade quer a um mundo político e social, que ele ambicionara desde tenra idade, e o expressa constantemente, mas que no final da sua carreira política o obriga a escrever as Utopias, como uma obra expressamente critica a uma sociedade que ajuda a construir: "Desde a

[190] SORIANO, 1860, p. 574.
[191] SORIANO, 1860, p. 583.
[192] SORIANO, 1860, p. 585.

época stembrista até hoje a immoralidade e a corrupção tem progredido no paiz na mais espantosa escala…”[193], sendo esta a visão social e política no momento que toma assento parlamentar e no *terminus* da sua carreira política.

Todavia, Soriano apresenta-se como um deputado activo nas questões do Ultramar, em especial no que diz respeito a Angola, iniciando a sua intervenção na Câmara dos Deputados logo na sessão de 1 de Junho de 1852[194], pedindo requerimentos, os quais na sessão do dia seguinte vêm transcritos no Diário da Câmara dos Deputados, visando tomar conhecimento do contrabando efectuado na província de Benguela e responsabilizando o ex-governador, Tavares de Almeida; por outro lado, no mesmo requerimento no ponto 2, pede os anexos dos ofícios ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, no qual continham queixas efectuadas pelos Ingleses no tráfico da escravatura praticadas pelo dito governador.

Concluindo com o desvio de dinheiros pertencentes à fazenda de Angola, acusando o ex-governador de tal acto e abuso de poder e pedindo um levantamento do número de processos existentes na Secretaria da Marinha e Ultramar contra Tavares de Almeida e alguma acção do juiz da comarca de Luanda que tivesse enviado algum documento de suborno do ex-governador.

Também num terceiro requerimento, Soriano pede ao Governo, dirigindo-se ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, uma cópia dos documentos de nomeação dos novos empregados pela província de Angola, a fim de comparar a sua nomeação com a dos actuais, e as suas condições de trabalho, como forma de justificar o seu prejuízo enquanto chefe da repartição.

Na sessão de 11 de Junho de 52, quando se discutia na Câmara a questão sobre a “censura “ ao juiz de direito da comarca de Luanda, este vê-se obrigado a intervir, num tom crítico e irónico que lhe é característico, acusa a Câmara de alguma precipitação face à censura do dito juiz, afirmando que tal acção é imerecida e infundada, reafirmando o carácter e a falta da mesma conduta aos seus pares, apesar de logo censurado pelo Presidente da Câmara. Concluindo a sua intervenção com ironia e sarcasmo: “…vou concluir, para não affligir a V.Ex.ª…”[195], reafirmando a absolvição do juiz e culpando a Câmara, pois esta, no momento em que o processo tinha sido enviado, estava dissolvida, finalizando: “…a quem queriam então os Srs. Deputados que o juiz de direito de Luanda remettesse o processo?...a

[193] SORIANO, 1860, p. 572.
[194] Diário da câmara dos Deputados sessão de 1 de Junho de 1852. Vol. 5, p. 10.
[195] Diário da Câmara dos deputados sessão de 11 de Junho de 1852, vol. 5,p. 252.

uma câmara dissolvida?...As paredes desta casa?...”[196], pedindo à Câmara, através de um parecer enviado à mesa, a eliminação da censura ao dito juiz.

Face a uma atitude um pouco activa e intensa, talvez até um pouco agressiva de Soriano, em defesa dos assuntos ultramarinos, desperta em alguns deputados uma reacção de desagrado, tornando-se visível em Alves Martins, acusando-o de pouco cavalheirismo pelo facto de não estar presente a pessoa que Soriano acusa, neste caso o ex-governador de Benguela, Tavares de Almeida, mas por outro lado Cunha Sotto-Maior, fica admirado da posição de Alves Martins, que julga indispensável a presença do Ministro, quando lhe é dirigida, exemplificando com uma situação aos ministros da oposição que os deixa sem reacção, o que iliba um pouco Soriano, por expressar tão abertamente um tom crítico à acção das cortes.

Só em Junho de 1853, se volta a ver o nome de Simão da Luz Soriano impresso no Diário da Câmara. Contudo em Janeiro, tinha sido discutido na Câmara o problema da contagem dos deputados das províncias ultramarinas para a Constituição da Junta Preparatória, de modo a dar continuidade ao funcionamento das Cortes. Esta temática vai despertar no seio dos deputados um sentimento controverso, de um lado os que defendem que os deputados ultramarinos não são incorporados na contagem, como Sotto-Maior, não reconhecendo as províncias como territórios continentais, fundando-se no Decreto Eleitoral de 30 de Setembro de 1852, no qual estabelecia o número de deputados eleitos; por outro lado, o deputado Rivara que defendia a inclusão de Ultramar. Esta posição nas Câmaras possibilita ao investigador apreender uma imagem de que alguns deputados tinham quer sobre as Províncias de Ultramar quer sobre os deputados eleitos, sendo para muitos um desprestígio e o prolongar de uma herança ideológica na qual a importância da questão ultramarina remetia-se apenas à exploração da prática comercial.

O interesse despertado pela colonização de alguns locais da província de Angola, em especial o Golfo de Moçamedes e uma plena ocupação do território em toda a sua extensão, origina a que este, na sessão de 27 de Junho de 1853, requeira ao Governo os documentos oficiais realizados em Angola (Ambriz-Cabinda), entre os Ingleses e as autoridades locais; intervindo na sessão de 11 de Julho de 1853, pedindo esclarecimento ao Ministro da Marinha sobre a verba destinada ao Orçamento Naval, com o intuito de se defenderem as possessões portuguesas em África. Voltando a demonstrar preocupação com o interesse inglês sobre Ambriz e Cabinda.

[196] Diário da Câmara dos deputados sessão de 11 de Junho de 1852, vol. 5, p. 252.

No dia 12 de Julho de 1853, Soriano, como deputado de Ultramar e preocupado com os interesses nacionais, refere o problema existente em Ambriz e Cabinda, e dos tratados celebrados entre ingleses e autoridades locais, relatando, segundo a confissão de pessoas inseridas no processo, a pressão inglesa junto das ditas autoridades, obrigando-as à assinatura de um Tratado de Abolição do Tráfico de Escravos, tendo sido assinado por engano; Soriano conclui na posição inglesa como: "…o mais completo desprezo da Suprema Auctoridade Portuguesa de Loanda…"[197], referindo a presença de barcos ingleses no mar de Angola como um desprezo pelas relações diplomáticas entre os dois reinos; por outro lado, num tom irónico, acusa o Governo de falta de zelo e respeito dos direitos. Pede explicações ao Ministro de Ultramar, Visconde de Athouguia, a quem, já nas suas memórias, acusa: "…de subscrever elle humilde, fazendo passar a nação por baixo das forças candinas, que os estrangeiros lhe impuzeram…"[198]; apesar de defender inicialmente a postura de tal ministro, no momento em que deixa de ser deputado, Soriano queixa-se da atitude, no seu entender hostil, do Visconde, que o obrigava a ir à Secretaria no intervalo das sessões e não lhe concedendo licença para sair destas antes do horário previsto; criando um sentimento de incompreensão.

A posição política de Soriano é visível na mesma sessão quando ele próprio se sente isolado politicamente, mas fundamentando a sua posição num zelo patriótico e numa conduta linear do desempenhar de funções na Câmara, criticando a classe política, e em especial o Governo, acusando-os de nada fazer pelo país. Não sendo possível analisar o discurso político de Soriano sobre questões da Metrópole, surgindo apenas na sessão de 29 de Março de 1854, para denunciar ao Parlamento as arbitrariedades da governação do Governador-Geral de Angola, Visconde de Pinheiro, acusando-o de incumprimento das leis e imoral, face à avidez de fortuna[199], queixando-se ainda de não ser ouvido na Câmara e de falta de oportunidade para intervir, terminando num tom irónico: "…ir fallar a Deos e à Ventura, appellando somente pata a benevolência da Câmara…"[200]; assumindo o descrédito nas suas interpelações pois não são apreendidas.

Na sessão de 17 de Abril de 1854, há uma referência de Soriano para ser erguido um monumento na província de Angola em honra do Governador Pedro Alexandrino da Cunha, onde se constata uma satisfação pela resolução do Governo na transladação dos restos

[197] Diário da Câmara dos Deputados, sessão de 12 de Julho de 1853, vol. 6, p. 178.
[198] SORIANO, 1860, p. 607.
[199] Diário da Câmara dos Deputados, sessão de 29 de Março de 1854, vol. 3, p. 412.
[200] Diário da Câmara dos Deputados, sessão de 29 de Março de 1854, vol. 3, p. 413.

mortais e construção de um monumento pelo dito Governador. A sua última intervenção na Câmara, visível por intermédio do Diário da Câmara dos Deputados, dá-se a 13 de Maio de 1854, na qual se apresenta como deputado por Angola, competindo-lhe fazer todos os esforços; sendo unicamente possível ao investigador apenas apreender os pedidos de documentação de Soriano no mês de Abril e Maio.

A última referência feita a Simão da Luz Soriano na Câmara dos Deputados é referente a Junho de 1854, quando é feita a chamada nas Câmaras; não sendo até 1856 possível obter mais alguma informação sobre a sua acção política através dos discursos na Câmara.

Reafirmando a sua posição como deputado e opositor ao Ministério da Regeneração e caracterizando as Cortes como local "…nada se diz e se faz publicamente…", não há interesses nacionais mas sim particulares e partidários numa Câmara dividida numa maioria abstraída onde o poder é o objectivo e uma minoria que vive para hostilizar e atingir o poder; expressando a sua tristeza por constatar que alguns dos seus amigos, nas Cortes se tornaram seus inimigos, recusando-lhe: "…o insignificante favor do seu voto…"[201].

A sua saída das Cortes em 1856, deveu-se à perda de confiança no sistema e de não poder realizar as funções e projectos para os quais tinha sido eleito. Vê-se obrigado a abandonar o seu percurso político pela acção dos seus inimigos, que pediram a sua demissão da Câmara como Santos Monteiro e o próprio Carvalho, ambos deputados na Câmara, afastando-se da vida política e dedicando-se à escrita, escrevendo um livro no qual relata os desencantos do sistema liberal. Em 1859 é convidado pelo partido Cartista à eleição, mas ao qual rejeita.

Sendo este sentimento visível nas suas memórias, demonstrando um enorme cepticismo quanto ao regime, pois os sentimentos de igualdade e fraternidade, sem distinção entre classes, que segundo Soriano não passava de uma utopia, pois pela acção partidária o país era cada vez mais desigual.

Esta é a visão de um homem moldado pelo tempo e com uma ambição de reconhecimento social, atingida após a sua morte.

[201] SORIANO, 1860, p. 586.

Capítulo V
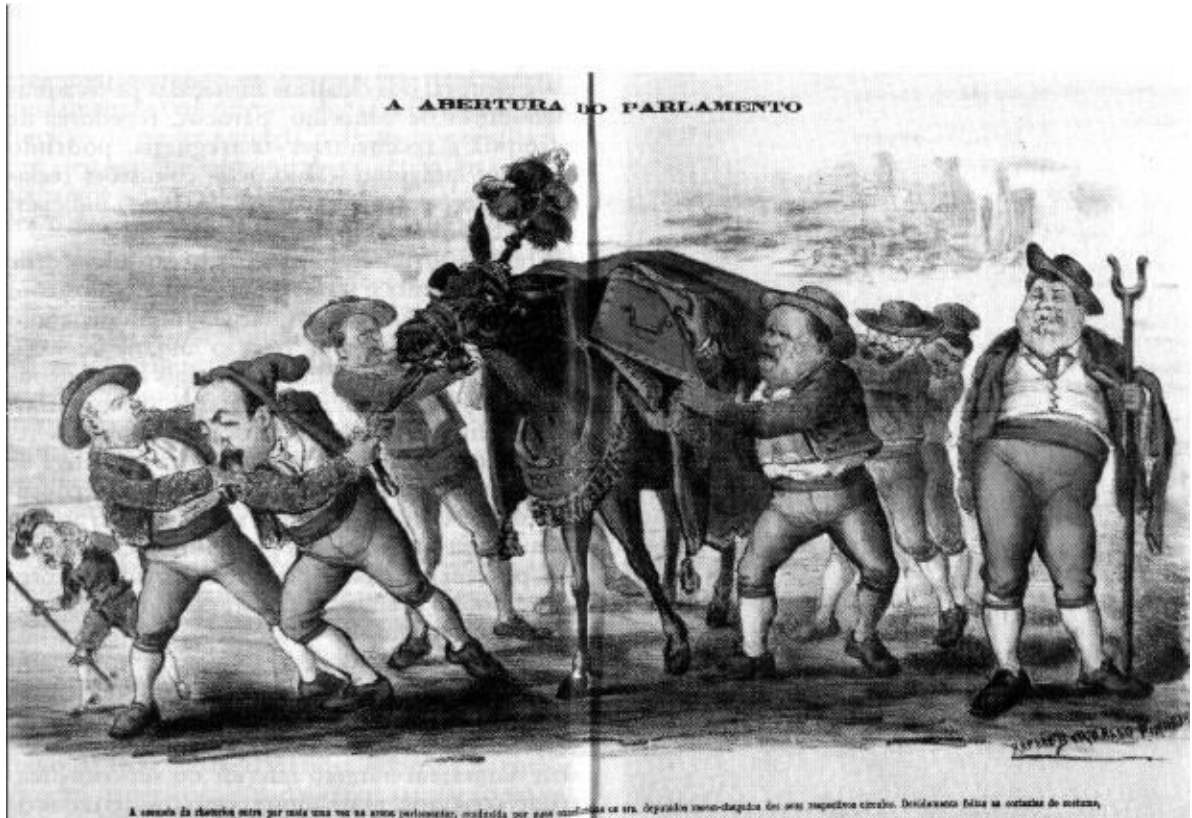
Ilustração 8: Sátira ao Parlamento

“ Soriano: Escritor e/ou Historiador?!”

Escritor & Historiador

Escritor ou Historiador, é uma questão que enquanto investigador tento responder, através da historiografia e do contributo dado por Soriano. Como Escritor/Historiador, assumiu que cumpriu o dever de ter participado na elaboração de livros e periódicos que o tornaram num homem mais útil, salientando o avanço da imprensa e o alcançar de uma liberdade de comunicação.

Considerado Soriano como "o historiador oficial do constitucionalismo", Fidelino de Figueiredo escreve: "A sua obra nasce da dogmática suficiência que anima todo o regime político novo, que quer recordar as revoluções e as circunstâncias históricas de que nasceu, para se comparar ao passado e concluir por uma apologia própria. […] Sem grande espírito crítico e sem grande capacidade de síntese, a sua obra é de um paciente beneditino, que dia a dia vai compendiando factos e comentando-os um a um, com prolixidade fastidiosa"[202].

Mas, segundo o biografado, este sente-se massacrado por um sistema, que segundo ele, desigual em que todos queriam alcançar o poder, ele próprio exprime o desejo de reconhecimento de mérito e ascensão social; contudo em 1858, depois de deixar a função de deputado por Angola, e sentindo um recalcamento político, vê como uma imperatividade expor a sua visão sobre um sistema, uma sociedade, um país.

Dedica a obra, *"Utopias Desmascaradas do Sistema Liberal Português",* composta por 98 páginas, estritamente à pura crítica política de um regime, que segundo ele se traduzia na expressão "vícios do sistema liberal", por outro lado num tom irónico refere que tais palavras poderão resultar num incentivo político, de modo a alterar o rumo do sistema. Culpa a acção política *clubistica*, a qual não expressa a vontade e interesses nacionais, conclui: "… os chamados representantes do povo, e olhados como seus procuradores, em vez de serem *dúcteis e maleáveis às intrigas políticas*, e dotados de sentimentos pouco nobres e generoso…", acusa os políticos de traição e abuso de confiança e de vontade própria, manipuladas por uma vontade partidária, expressando um desinteresse total pela governação do país; concluindo que Portugal não passa de um arrumar de *clientelismo* dominado por facções políticas. Os valores liberais de igualdade e liberdade, segundo ele, não se verificavam e talvez não passassem de ilusões e de dogmas políticos.

Ao longo dos dez capítulos que compõem este livro crítico, Soriano pretende enumerar os vícios de um sistema que ele próprio ajuda a implementar. Caracteriza

---

[202] FIGUEIREDO, Fidelino,1944, pp. 358-359.

primeiramente o regime, afirmando: "…a felicidade dos povos depende mais do carácter, …, e das máximas de quem os governa, do que da natureza das instituições e de quem as rege."[203].

Também a imprensa é alvo de críticas, pois esta é um meio pelo qual o sistema expressa os seus ideais. Muitas vezes podendo atribuir mérito ou lançando injúrias e falsidades. Chegando mesmo a culpabilizar a imprensa de desmoralização do país. Por outro lado, refere ainda qual deveria ser a conduta política: "…respeito à moral e boa administração da justiça, ministrando-a a todas os que a ella tem direito…; na regularidade do serviço público em todos os seus differentes ramos; tornando simples, rápido, e profícuo…"[204]. Também acusa o país de falta de rumo, pois num ensaio análogo, no qual compara regime absolutista com o constitucional, expressa que ambos se caracterizam pelo: "…abuzo do que pelo bom uso…"[205].

Ao longo de toda a sua obra, é perceptível um pleno conhecimento dos factos históricos, procurando contextuar o leitor inserindo-o no espaço e no tempo; não deixando de descrever a evolução do sistema constitucional e a sua implantação, remontando-nos para um momento histórico da fuga do monarca D. João VI para o Brasil, acusando-o de, ao adoptar esta postura, iria possibilitar a independência do Brasil: "…habilitando aquelle estado a desde logo se separar de facto de Portugal…"[206]. Também a regência inglesa foi um alvo preferencial de Soriano acusando o marechal Bersford de "…estrangeiro insolente…"[207], apelidando-o de despótico, no qual Portugal tinha sido subjugado a uma obediência passiva.

Apesar do seu tom crítico, no início do seu capítulo das Utopias reafirma a esperança no sistema: " …a nossa fé, ainda não se esmorecêo nas instituições liberaes…"[208]. Criticando por seu lado os governos despóticos, realçando a sua antipatia por tais governos, referindo que no seio destes preponderam "as fezes sociais" e "turbulência dos ambiciosos". Classifica como os três inimigos das sociedades modernas: a imoralidade, desordem e a desconfiança; e, como escritor público, sente que é o seu dever expor a verdade.

A ascensão social também é criticada, pois segundo ele nem sempre os homens mais honrados e capazes são os que ascendem socialmente, mas sim se vê a influência partidária

[203] SORIANO, 1858, p. 1.
[204] SORIANO, 1858, p. 2.
[205] SORIANO, 1858, p. 3.
[206] SORIANO, 1858, p. 3.
[207] SORIANO, 1858, p. 3.
[208] SORIANO, 1858, p. 7.

na estrutura social nos quais os "…mais honestos e patriotas cidadãos perseguidos…"[209]. Acusa o estado da nação, pela acção desencadeada entre os dois grandes partidos, iniciada com a emigração, despertando "…uma encarniçada e fratricida lucta, entre os dois grandes partidos…"[210].

Acusa o partido liberal de projectar "…fonestas revoluções na Terceira, combatendo a D. Pedro; desde o momento em que, para salvar a causa da emigração, à frente dela se colocou no exílio, como regente do reino…"[211]; realçando outras dificuldades levantadas pelo partido liberal. Aqui, Soriano intercede em favor de D. Pedro, reconhecendo os serviços à causa liberal e D. Maria II como legítima herdeira.

Além da insegurança política vivida em Portugal, face às subsequentes reacções partidárias, realça os vícios no sistema remetendo-se para o Governo Setembrista de 1836, no qual a criação de repartições era uma prática para o arrumo de clientelas e excessivos aumentos nos tributos colmatando com uma ruína da Fazenda Pública. Sendo prática desta época a difamação e calúnia desencadeadas pela imprensa. Concluindo que aqueles que advogam representar a nação e lutar pelos seus interesses são os responsáveis pelo estado desta: "… pobre opinião pública, e pobre nação!"[212].

Contudo reconhece algum mérito a alguns dos seus contemporâneos, como Sá da Bandeira, a quem lhe reconhece amizade, honra e distinção e lhe dedicará uma obra, com o objectivo de o biografar – *Vida do Marquez de Sá da Bandeira*; os outros somente em teoria o são, pois na prática ficam muito aquém.

Simão da Luz Soriano demonstra além da crítica um sentimento de descrédito e talvez desprezo pela maioria das medidas tomadas pelo regime liberal, pois na maioria das suas obras este sentimento poderá ser apreendido. Não deixando de referir as Constituições e não reconhecendo a sua importância e avanço, pois são um meio de chegarem ao poder e não de regulação da nação ou da ideologia política; por outro lado também as instituições militares, como os homens que as representam são acusados de incapazes e falta de mérito, pelo facto de durante as operações militares em que tomou parte ter podido constatar, salientando o facto de durante o Cerco do Porto, D. Pedro se ver obrigado a requerer ao auxílio de generais estrangeiros.

Caracterizando o país num estado total de ruína alastrando-se ao exército e marinha e um abandono das colónias, aconselhando: "…no auge das revoluções políticas jamais se

---

[209] SORIANO, 1858, p. 8.
[210] SORIANO, 1858, p. 12.
[211] SORIANO, 1858, p. 12.
[212] SORIANO, 1858, p. 14.

devem fazer mudanças radicais no sistema tributário d´um paiz qualquer…"[213]. Concluindo que se deverá partir das instituições já existentes tendo um conhecimento das situações e conhecimento literário para as puder ultrapassar. A classe ministerial é fortemente criticada e atingida pelo seu tom sarcástico e irónico, no qual não exercem uma função idónea, livre de pressões, pois agem mediante os interesses partidários.

Apesar da critica ao partidarismo e à facilidade de ascensão social, que Luz Soriano reprova em toda a sua existência, acusando de ambiciosos os homens liberais, mas, contudo, nas suas memórias e durante toda a sua vasta obra literária, faz referência à sua ambição de ascensão social, passagem de plebeu a burguês, atingir um grau de cultura, através de mérito próprio e honra e não por filiação partidária, que acarretaria ao país despesas e malefícios; mas esta era a sua visão social e política, enaltecendo o sentido patriótico de que nesta altura, não eram visíveis, comparando-os a Portugueses de outras épocas, no qual tinham como prática a virtude e fidelidade de cumprimento de deveres: "…mais caprichosos em obras do que palavras, antes quizeram deixar as obras para se lhes imitar, do que as palavras sem exemplo da conducta."[214]. Apelidando o homem da sua época de ocioso e optar pela maneira mais fácil de chegar ao poder, designados às pressões, vontades partidárias, exigindo agraciamento e ligando-se a sociedades secretas, que são a expressão de ligações obscuras.

Reiterando que do clubismo nasce o desprezo pelas leis, o arbítrio dos ministros, o alargamento sem escrúpulos dos quadros para "arrumar" os homens do partido.

Também no campo diplomático, Soriano toma as suas considerações, pondo em causa a postura governativa portuguesa na época constitucional, caracterizando a independência como efémera durante o período governativo de D. Maria II, derivada à pressão Britânica, quer sobre o governo, quer sobre os territórios ultramarinos, só durante a governação setembrista, alguns dos deputados aspiraram a questionar as relações luso-britânicas e os tratados efectuados entre ambos. Referindo-se ao tratado assinado com Inglaterra que pretendia abolir a escravatura, imposto em 1842, e que originou a que alguns ministros e deputados que questionaram esta decisão fossem afastados politicamente. A imagem transmitida por Soriano, muito particular, demonstra que a Inglaterra, tratou a nação portuguesa: "…escravisou ao seu insolente bill, que nas mãos dos seus officiaes de marinha meteu o absoluto poder de revistarem os nossos navios nos mares d´africa, …, resultou

[213] SORIANO, 1858, p. 21.
[214] SORIANO, 1858, p. 27.

aprezarem-se muitos com o falso pretexto de se dedicarem ao trafico da escravatura…"[215]; referindo que esta perseguição é feita exclusivamente aos portugueses, pois oficiais franceses têm sido encontrados por navios Ingleses, a capturarem mão-de-obra escrava em África e nada lhes têm acontecido. Luz Soriano desperta uma opinião sobre tal temática e uma referência breve sobre a escravatura, afirmando-se que à luz da perspectiva inglesa, esta prática só seria crime praticada pelos portugueses, concluindo: "…talvez em Londres se pensou que com isto se arruinavam as nossas províncias d´Africa."[216]. Demonstrando ao leitor, que também os ingleses subjugam povos e os exploram, como os Malteses, como os habitantes do cabo da Boa Esperança, apelidando-os de agressivos face aos *Boêrs*, até mesmo os próprios indígenas australianos: "…tem sido condemnados pelos ingleses a um total extreminio…"[217]; e concluindo em defesa da escravatura portuguesa comparada com a acção britânica nas suas colónias é insignificante.

O próprio sistema eleitoral é também referenciado por Luz Soriano, como falso e ilusório, pois segundo ele o acto eleitoral é tudo menos um acto de representação nacional, mas antes partidária, sendo o sistema representativo uma fraude: "…subornando constantemente a urna, conseguem por meio desse suborno trazer sempre ao parlamento essa compactas, e systematicas maiorias…"[218]; actuando em bloco, de acordo com o que lhes é exigido pelo partido, segundo ele traduzindo-se numa repartição da responsabilidade, todos são responsáveis. O único fim dos políticos e partidos é alcançarem o poder, recorrendo a todos os meios possíveis para tal, sacrificando o país e as finanças públicas, por troca de favores, protecção, fortuna e reconhecimento social. Concluindo que a medida urgente seria a destruição do sistema eleitoral nestes trâmites, referindo como alternativa o sistema de sorteamento para os cargos electivos e a obrigação de os aceitar, exemplificando com um momento da história da antiguidade em que adoptaram esta solução. Estando consciente, e reafirmando que só assim se acabaria com a interferência do partidarismo e sociedades secretas nas eleições, impedindo a fraude[219] e criando uma rotatividade e mobilidade dos cidadãos que se propusessem às Cortes.

Também à imprensa dedicou um espaço para crítica, através dos seus textos, acusou a mesma de instrumento das facções partidárias, mas no qual ele próprio a utiliza para se defender, e como director de um periódico no exílio, chefia a redacção e toda a actividade

---

[215] SORIANO, 1858, p. 33.
[216] SORIANO, 1858, p. 33.
[217] SORIANO, 1858, p. 34.
[218] SORIANO, 1858, p. 41.
[219] SORIANO, 1858, p. 48.

informativa. Todavia, a prática do seu jornalismo caracterizou-se pela publicação de legislação oficial da Junta Governativa da Terceira, entre 1830/1831, notícias políticas europeias e da situação dos exilados, sendo este periódico denominado de *Crónica da Terceira*.[220] Apresentando-se como um símbolo de resistência à opressão Miguelista e estando sedeado num espaço geograficamente livre.

Apesar da questão da liberdade de imprensa ser focada por Luz Soriano, também outros políticos da sua época se referem a esta temática, defendendo a liberdade de imprensa como uma necessidade constitucional e um instrumento de trabalho dos governos constitucionais[221], e como a liberdade traduzia num direito expresso na Declaração dos Direitos do Homem, julgara-se imperativo tal medida. Contudo, para Soriano, a liberdade de imprensa não passava de: "…um dos dogmas fundamentaes do systema liberal…"[222], e arma política de injúria, quer pelas maiorias ou minorias, geralmente com filiação ou preferência política, traduzindo-se numa "…machina de vae-vem politico…".[223] Este ataque deve-se não só aos factos históricos que o comprovam, mas por outro lado a uma agressão caluniosa feita por um dos seus inimigos, por intermédio da dita imprensa, o que lhe desperta um sentimento de revolta e inconformismo, interrogando-se como tudo se pode publicar, mesmo que sendo mentira ou algo que fira susceptibilidades do foro familiar.

A Tribuna Parlamentar, não são esquecidas na sua obra, seguindo a mesma linha critica, acusando-os de clubismo, abuso de poder e da lei, e de não terem um sentimento de patriotismo, pois as motivações que os levaram a tomar assento na dita Câmara, são, segundo ele, particulares ou da sociedade secreta pertencentes, trespassando as suas competências para realizações pessoais, de que aquando a sua eleição é acusado de compadrio e favorecimento, na sua eleição por Angola às Cortes. Apresentando como solução aos últimos dois pontos: "Restringir por outro lado a publicação, e analyse das discussões parlamentares, e vedar ao publico o livre acesso para as galerias…"[224]; como forma de impor a ordem e abusos. Concluindo que as cortes preocupam-se em depositarem atenções nas "…magicas verbas do orçamento, cuja perda os horrorisa e mostrando-se generosos à custa do povo em favor da sua clientella, afim de não perderem o apoio da sua reeleição…"[225].

---

[220] TENGARRINHA, 1965, p. 121.
[221] Diário da Câmara dos deputados 14 de Fevereiro de 1821.
[222] SORIANO, 1858, p. 52.
[223] SORIANO, 1858, p. 52.
[224] SORIANO, 1858, pp. 58-59.
[225] SORIANO, 1858, p. 73.

Aconselha os políticos, no âmbito financeiro, traçando-lhes trajectórias a seguir, de modo a diminuir as despesas e controlá-las, tendo um conhecimento dos montantes da dívida; as vias de comunicação são caracterizadas como acidentadas e perigosas, e tributadas, não praticado em muitos dos países europeus, acusando o país de atraso.

Ao concluirmos a leitura desta obra essencialmente de cariz crítico, retiramos que existe uma ideia de um descrédito no sistema, como nos homens que a dirigem, até mesmo no próprio país, pois o intuito da obra, foi chamar à atenção dos políticos, seus contemporâneos, prevendo um futuro ainda mais caótico no âmbito da governação política e financeira, mas que segundo ele, não é uma utopia pessoal, mas algo que se prova ao consultar a História.

Deduzindo que apesar desta descrição, há um sentimento de irrealização e de irreconhecimento do seu contributo à causa liberal. Traduzindo-se nesta obra, extremamente crítica e que surge como um descargo da sua consciência, no qual se apresenta como juiz e proferindo a sentença sobre um sistema, onde tudo o resto estava errado. Talvez se possa considerar este julgamento um pouco irónico face ao sentimento de descrédito e falta de reconhecimento pelas ideias que tanto acreditara.

Reflexão Final

Reflexão Final

Nesta abordagem biográfica propus-me expor o percurso de um homem marcado pelos ideais liberais que vivencia. A obra de Luz Soriano tem sido utilizada por muitos Historiadores no estudo do século XIX como referência bibliográfica. Apesar de esse contributo, Soriano não tinha sido objecto de biografia e como figura Liberal e pela sua obra vastíssima, procurei acrescentar algo de novo à Historiografia, apresentando o percurso deste Liberal.

Simão da Luz Soriano, auto-retratado como um homem de paixões, possibilitou-me compreender a sua visão do século XIX. Todavia, tornando-se facciosa, pois como um historiador da *História Narrativa*, não lhe foi possível dissociar a sua vivência e assumir uma postura neutra e rigorosa como lhe era exigido como historiador, induzindo o próprio investigador a poder despertar simpatia pelas suas visões no seu quadro pessoal e ideológico.

Ao longo do seu percurso político e profissional, segundo a visão pessoal do biografado, distinguiu-se dos seus contemporâneos pelo patriotismo e pela dedicação de uma vida em prol do Liberalismo.

Comparando Luz Soriano com outros intelectuais da sua época; ao tentar esboçar a História de Portugal, não poderia deixar de o contrapor com Alexandre Herculano[226], Historiador e Político reconhecido pela Historiografia e com um espólio literário abundante no âmbito da História[227]. Com uma visão distinta do seu século, dos factos e das personagens, fruto de uma educação e percurso de vida distinto de Soriano.

Herculano iniciou a sua educação literária com o estudo de latim, posteriormente dedicou-se a aprendizagem das línguas francesa, inglesa e alemã, abrindo-lhe a possibilidade e contacto com literatura estrangeira. Em 1830, matriculou-se no primeiro ano da aula do Comércio, seguindo o curso de Paleografia, a que então se chamava Diplomática,

[226] Herculano fiel à Carta Constitucional de 1826, utiliza os periódicos para expor as suas ideias e combater os adversários políticos; o 1º periódico por si publicado intitulou-se de *A Voz do Profeta* (1836); foi ainda redactor principal de *O Panorama* , editado pela Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, que era então o principal instrumento de divulgação da estética romântica, em Portugal. Foi neste que publicou vários dos seus estudos de natureza histórica e muitas das suas obras literárias. Em 1837 assumiu a responsabilidade da redacção do *Diário do Governo*, sendo este apenas um jornal de suporte ao partido no poder.

[227] Alexandre Herculano, na década de 40 inicia a publicação da sua História de Portugal considerada por muitos como a primeira escrita com preocupação de rigor científico. Muito polémico o primeiro volume, que suscitou uma violenta reacção por parte de alguns sectores do clero, por excluir, qualquer intervenção sobrenatural na batalha de Ourique. Note-se que Herculano era católico e politicamente conservador, mas opunha-se à interferência da igreja na vida política nacional.

logo aqui se distingue no plano de formação académica de Luz Soriano. A 17 de Julho de 1833 foi nomeado segundo bibliotecário da Biblioteca Pública do Porto, exercendo tal cargo até Setembro de 1836, foi ainda sócio da Academia Real das Ciências de Turim, da Real Academia de História de Madrid, da Real Academia de Ciências da Baviera, membro do Instituto Histórico de França e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.

A História Portuguesa não se cingiu unicamente à visão de Portugueses como Luz Soriano ou Herculano. No plano da Historiografia Internacional, salientou-se Henrique Schaeffer,[228] professor universitário alemão, com a sua História de Portugal, publicada ao longo de década e meia, iniciando a sua redacção 1836 e terminando a 1854.

A obra de Shaeffer foi considerada por Latino Coelho como «porventura a mais completa e conscienciosamente escripta como historia geral do reino».[229] Traduzida do original por Sampaio Bruno que a continuou e o mesmo fez José Agostinho[230]; por outro lado também personagens como Alexandre Herculano reconhecem que esta obra é o melhor livro que conhece relativo à História de Portugal[231], testemunho que abona bem a sua qualidade. Para o bibliógrafo Inocêncio Francisco da Silva, o valor da obra de Shaeffer aumentou com o vasto e importante «repositório de factos e documentos, inéditos uns, pouco sabidos outros, […] coligidos pela diligência e curiosidade» do compilador, José Lourenço Domingues de Mendonça, seu primeiro tradutor português. Esta obra foi escrita no período das invasões napoleónicas, dedicando grande ênfase a esta temática, consagrando-lhe uma centena de páginas do quinto tomo segue a linha da historiografia positivista[232]. Dando enfoque aos acontecimentos políticos, militares e diplomáticos, sem que algo do que hoje se trata no âmbito específico do económico, social e cultural deixe de ser objecto de estudo. De salientar, serão, talvez, os dados quantitativos a que dá, na verdade, algum relevo, embora sejam retirados da célebre obra de Adrien Balbi, Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve[233].

---

[228] SCHAEFFER, Henrique,1893 -*História de Portugal* - 5 VOL. Editora Escriptorio da Empreza Editora.

[229] COELHO, José Maria Latino (1874-1891), *História Política e Militar de Portugal, desde os fins do XVIII século até 1814*, t. I (1874), t. II (1885), t. III (1891). Para Fidelino de Figueiredo, esta obra, solidamente fundada em documentação nova, é um bom exemplar do estilo histórico e um excelente quadro da política externa de Portugal, desde a reacção de D. Maria I contra a política pombalina até ao fim da campanha do Russilhão e da Catalunha em 1795». Cf. História Literária de Portugal (Séc. XII-XX), Coimbra, Editorial Nobel. 1944, p. 360.

[230] Apareceu ainda, na versão portuguesa de Sampaio Bruno, um VI volume, com texto da autoria de José Agostinho, editado no Porto, Livraria Nacional e Estrangeira, s/d.

[231] Citação por BRUNO, José Pereira Sampaio, 1902, "Nota Histórica", in *História de Portugal*., t. V, p. 378.

[232] A referência às invasões francesas encontra-se no t. V da tradução portuguesa, a pp. 343-445), Se o rosto da obra traz a data de 1899, a capa apresenta o ano de 1902 e o editor A. Figueirinhas.

[233] BALBI, Adrien, 1822, *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve comparé aux autres états de l'Europe*, 2 ts, Paris, Rey et Gravier Libraires.

Não esquecendo neste contexto histórico o espírito erudito e empreendedor de Oliveira Martins que, mal chegado a meio século de vida – nasceu em 1845 e faleceu em 1894 –, se distinguira já como uma personalidade distinta em várias áreas, como a engenharia, economia, política, jornalismo, drama, ensaísta e historiador.

Segundo Menéndez y Pelayo, Oliveira Martins era como «o maior artista histórico que a Península produzira no seu tempo»[234]. Para o autor de "Os Filhos de D. João I", a história era um drama, tal como os gregos escreviam as tragédias, importando retirar «uma lição moral» e reflectir-se no destino da polis. A exigência ética que dominava Oliveira Martins, conduziu-o a carregar de pessimismo, ou derrotismo, no parecer de António Sérgio, a análise literariamente sedutora da sua História de Portugal. Atraía-o a sistematização interpretativa das causas, a fim de fundamentar a explicação dos efeitos em cuja narratividade perpassa o olhar do visionário de severos agoiros.

Se Oliveira Martins considerava inconciliáveis a ciência e a história, era porque entendia que esta devia fluir livre como a narrativa de um romance verdadeiro que tinha os homens por autores, conforme Paul Veyne sustenta[235].

Não poderia deixar de salientar Manuel Pinheiro Chagas[236], que dedica a sua escrita, à produção literária. Tornando-se num típico exemplo do efeito erróneo de uma indesmentível qualidade, a funcionar no domínio modelar da narrativa histórica: a dúvida não superada sobre o que é objectivo e o imaginado. Manuel Pinheiro Chagas, teve imensa aceitação no seu tempo, com o seu estilo peculiar romântico, de mestria reconhecida, seduzia um grande número de leitores fiéis. A História de Portugal que se lhe deve é constituída por oito volumes, demonstrando a razão do êxito alcançado por este género de escrita[237].

---

[234] SERRÂO, Joaquim Veríssimo, 1962, p. 273.
[235] VEYNE, Paul, 1971, p. 13.
[236] Manuel Joaquim Pinheiro Chagas (1842-1895) frequentou a Escola do Exército, sobraçou a pasta da Marinha e Ultramar, foi lente do Curso Superior de Letras e membro do Conselho de Estado. Jornalista, escritor, historiador e orador, deu origem, através do pós-fácio de Castilho ao seu livro Poema da Mocidade, à célebre «Questão Coimbrã» provocada pela carta-resposta de Antero de Quental, « Bom Senso e Bom Gosto». Deixou uma vastíssima produção em originais e traduções, de folhetins, romances, ensaios, obras dramáticas, poéticas e históricas. Mariano Pinto disse dele: «Precisa de navegar em todos os mares, beber em todas as fontes, morder em todos os frutos». Ver entre outros: Francisco Inocêncio da Silva, op. cit., XVI, pp. 288-297 e 416; António Ramos de Almeida, «Manuel Pinheiro Chagas», in Perspectiva da Literatura Portugueza do Século XIX, dir. João Gaspar Simões, II, Lisboa, Edições Ática, 1947, pp. 573-583.
[237] A propósito do valor científico desta obra, Fortunato de Almeida (op. cit., I, p. 11) afirmou: «As circunstâncias em que Pinheiro Chagas escreveu a sua História de Portugal não permitiram que o êxito do historiador igualasse o seu formosíssimo talento. Obra extensa e volumosa, carece, contudo, de inteireza de plano e harmonia de proporções; tem excessos de difusão e desvios e falta-lhe com frequência o pormenor característico e valioso; e, pior que tudo, a obra foi elaborada quase exclusivamente à vista de fontes tradicionais, sem utilização de novos elementos que corrigem, modificam ou completam a exposição de antigos escritores». Por sua vez, Fidelino de Figueiredo (op. cit., p. 364) anotou: «A História de Portugal, de

Neste contexto Luz Soriano apresenta-se na linha da História Narrativa e Factual. Com uma obra marcada essencialmente pela componente histórica de um século, que o próprio ajuda a construir, a obra proporciona ao Historiador uma fonte de informação importante para a investigação no âmbito das transformações do século XIX. Todavia, o carácter controverso de Luz Soriano como um homem amargo e desapontado com um período de mudanças e afirmações no qual ele acreditava, leva-o a adoptar um tom crítico face a factos, pessoas e à própria História, deixando um pouco de parte a postura patriótica e saindo em defesa de apenas poucas personagens da nossa História como o Marquês Sá da Bandeira.

O sentimento de ressabiamento, é visível num momento da sua produção historiográfica, através da obra "Revelações da minha Vida", "Utopias Desmascaradas do Sistema Liberal Português", não deixando de realçar a componente histórica como a "História do Cerco do Porto" e "História da Guerra Civil", tornando-se obras de referência da Historiografia do Século XIX.

No âmbito da história factual e narrativa, apresentou ao leitor os momentos marcantes da História de Portugal, mas não abdicando de opinar acerca do sucedido, muitas vezes por ele presenciado. Logo, leva a que o investigador/historiador, aquando da análise da obra do biografado, procure cruzar as fontes de investigação, evitando sentimentos de empatia pelo objecto de estudo.

Como político dedicara-se de corpo e alma à causa Liberal, possibilitando ao investigador uma perspectiva talvez um pouco tendenciosa, na medida em que ele próprio o afirma; há sobretudo um tom crítico e frustração na visão de Soriano, devido a uma difícil imposição como homem numa sociedade àvida de dinamismo e por outro lado por falta de reconhecimento político que ele tanto reivindica ao longo de toda a sua vastíssima obra.

Assume a desilusão perante os ideais de um sistema político, que tenta através da obra "Utopias Desmascaradas do Sistema Liberal Português", por si só um título polémico, apontar os defeitos e vícios de um sistema constitucional que segundo a sua visão não correspondiam às bases fundamentais e ideais de um sistema que transforma o século XIX. Adoptando um tom irónico, reafirma esse sentimento com as seguintes palavras: "...faríamos algum serviço ao paiz, pela crença que da sua leitura poderá resultar, talvez algum incentivo

---

Pinheiro Chagas, vasta e sugestiva compilação, foi por muito tempo preferida fonte de informação e juízo, em breve em concorrência com as ideias de Oliveira Martins». Acentuando-lhe o cariz doutrinário, António Ramos de Almeida (loc. cit., p. 582) escreveu: « A sua História de Portugal foi o fundo ideológico de todo um exaltado patriotismo, baseado na citação histórica, na metáfora histórica, na contínua glorificação dos factos e das figuras históricas ».

nos nossos políticos.”, critica não só o modo de governar como a sociedade política, apelidando-a de intriguista e de agir em proveito próprio, através de uma imprensa facciosa e manipuladora.

No âmbito do trabalho de dissertação e no estudo do seu percurso biográfico de Luz Soriano, verifico que este reconhece que a única pessoa à qual não guarda ressentimentos é ao Marquês Sá da Bandeira, dedicando-lhe um livro. Sentimento, este dúbio e confuso, pois para um Homem que para viveu quase um século, torna-se algo intrigante ou porventura insólito apenas nutrir simpatias pelo citado Marquês. Pois, também muitas outras personagens suas contemporâneas são alvo de críticas, muito especial Passos Manuel, o que me atrevo a afirmar que esta simpatia se deve ao facto da próximidade de ambas as figuras, quer ao nível de ideais, quer ao nível profissional e mesmo ao nível privado de uma amizade entre ambas as figuras.

Ao debruçar-me sobre um estudo rigoroso da obra do biografado, depois de analisada a sua vastíssima obra e a contrapor com outras suas contemporâneas, do último quartel do século XIX, pressupõe-se que ser historiador, e segundo Latino Coelho, não bastavam apenas os impressos «para quem haja de narrar miudamente os feitos» do passado recente, pois a «perquisição das causas, que influíram ou determinaram sucessos, e o seu mínimo complemento sobre o seu espírito e significado na história da civilização» eram indispensáveis. Pode, então assim verificar-se que, com maior ou menor necessidade, estes critérios metodológicos são seguidos nas obras analisadas. Contudo, é notório reconhecer que a historiografia estudada apresenta uma visão dos factos meticulosa, quer na construção da narratividade, da estruturação e apresentação dos factos, bem como dos condicionalismos interferentes no desenrolar dos eventos, a ideologia dos autores poderá assombrar a sua escrita, contudo, a objectividade factológica, apesar do véu mental envolvente, saia, no fundo, afectada. Por isso, poderá sempre que se justifica, revisitar estes documentos historiográficos.

Ao analisar a obra de Luz Soriano, senti dificuldades em perceber um comportamento ressabiado e crítico perante tudo e todos, mesmo perante a vida. E depois de ter uma visão rigorosa do seu percurso, devido a um estudo meticuloso e profundo, constatei que além de uma fonte rica para compreensão da sua época, foi um homem de ideais que não consegui por vezes dissociar a condição humana que nos leva à insatisfação.

Actualmente verifica-se um aumento do interesse em biografias, quer por parte do público, quer por parte de cientistas sociais. Motivo este movido por uma nova corrente historiográfica e um desejo de através destes trabalhos serem possíveis a obtenção de

informações sobre a vida dos individuos, do seu tempo, a articulação de um destino particular, escolhas pessoais e liberdade concreta sobre um conjunto de constrangimentos de toda a ordem, impostos pela época e pelo meio.[238]

Em Portugal, tal como Soriano, muitos actores do século XIX, poderiam ser objecto de um estudo científico.

Parafraseando Norman Stone, "It is probably as much a mistake to ask a working historian to discuss this theme as to ask a painter to give his views on aesthetics".Sendo as biografias trabalhos desenvolvidos por investigadores e historiadores nos dias de hoje, apresentando preponderância como objecto de estudo por muitos investigadores que são "aliciados" e envolvidos na realização de Biografias de Personagens da História, fruto de correntes da História.

O século XIX apresenta-se como um século das "paixões", da mudança e a construção do caminho que culminou com a implementação da República e ideais Democráticos.

Honra, Sacrifício e Paixão culminando na frustração de um Homem carregado de sonhos e mergulhado na Ilusão.
Soriano Liberal de Coração.

[238]Posição defendida por Jacques Verger.

FONTES E BIBLIOGRAFIA:

Fontes:

SORIANO, Simão José da Luz, 1846 – *História do Cerco do Porto*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1ª ed., Vol. I.

SORIANO, Simão José da Luz, 1889-1891 – *História do Cerco do Porto,* ,Porto, Tipografia "Occidental", 2ª ed., Vol. II.

SORIANO, Simão José da Luz, 1858 – *Utopias Desmascaradas do Sistema Liberal*, Lisboa, Imprensa de União.

SORIANO, Simão José da Luz, 1860 – *Revelações da Minha Vida e Memorias*, Lisboa, Typographia Universal.

SORIANO, Simão José da Luz, 1866-1883 – *História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal,* Lisboa, Imprensa Nacional.

SORIANO, Simão José da Luz, 1887 – *Vida do Marquez de Sá da Bandeira*: *Reminiscencia de alguns dos successos mais notáveis que durante ella tiveram logar em Portugal,* Lisboa, Typographia da Viúva Sousa Neves.

SORIANO, Simão José da Luz, 1830-1831- *Chronica da Terceira*, Angra do Heroísmo, Impressão do Governo.

Diário Da Câmara dos Deputados.10ªSessão Ordinária da 5ªlegislatura.
Lisboa: Imprensa Nacional, 1852. Vol.IV, sessão de 31/05, p.89-94.

Diário Da Câmara dos Deputados. Sessão Ordinária da 5ªlegislatura.
Lisboa: Imprensa Nacional, 1852. Vol. V, sessão de 1/06, p.7.

Diário Da Câmara dos Deputados. Sessão Ordinária da 5ªlegislatura. Lisboa: Imprensa Nacional, 1852. Vol. V, sessão de 2/06, p.10.

Diário Da Câmara dos Deputados. Sessão Ordinária da 5ªlegislatura. Lisboa: Imprensa Nacional, 1852. Vol. V, sessão de 8/06, p.106.

Diário Da Câmara dos Deputados. Sessão Ordinária da 5ªlegislatura. Lisboa: Imprensa Nacional, 1852. Vol. V, sessão de 11/06, p.252.

Diário Da Câmara dos Deputados. Sessão Ordinária da 5ªlegislatura. Lisboa: Imprensa Nacional, 1852. Vol. V, sessão de 21/06, p.262.

Diário Da Câmara dos Deputados. Sessão Ordinária da 5ªlegislatura. Lisboa: Imprensa Nacional, 1852. Vol. V, sessão de 22/06, p.284-285.

Diário Da Câmara dos Deputados. Sessão Ordinária da 5ªlegislatura. Lisboa: Imprensa Nacional, 1852. Vol. VI, sessão de 13/07, p.183.

Diário Da Câmara dos Deputados. Sessão Ordinária da 5ªlegislatura. Lisboa: Imprensa Nacional, 1853. Vol. VII, sessão de 12/01, p.20.

Diário Da Câmara dos Deputados. Sessão Ordinária da 5ªlegislatura. Lisboa: Imprensa Nacional, 1853. Vol. VII, sessão de 27/06, p.30.

Diário Da Câmara dos Deputados. Sessão Ordinária da 5ªlegislatura. Lisboa: Imprensa Nacional, 1853. Vol. VII, sessão de 11/07, p.175.

Diário Da Câmara dos Deputados. Sessão Ordinária da 5ªlegislatura. Lisboa: Imprensa Nacional, 1853. Vol. VII, sessão de 12/07, p.180-181.

Diário Da Câmara dos Deputados.1ªSessão Ordinária da 5ªlegislatura. Lisboa: Imprensa Nacional, 1854. Vol. VII, sessão de 16/04, p.216.

Diário Da Câmara dos Deputados. Sessão Ordinária da 5ªlegislatura.
Lisboa: Imprensa Nacional, 1854. Vol. VII, sessão de 17/04, p.157-178.

Diário Da Câmara dos Deputados. Sessão Ordinária da 5ªlegislatura.
Lisboa: Imprensa Nacional, 1854. Vol. VII, sessão de 20/04, p.211/213.

Diário Da Câmara dos Deputados. Sessão Ordinária da 5ªlegislatura.
Lisboa: Imprensa Nacional, 1854. Vol. VII, sessão de 25/04, p.275.

Diário Da Câmara dos Deputados. Sessão Ordinária da 5ªlegislatura.
Lisboa: Imprensa Nacional, 1854. Vol. VIII, sessão de 12/05, p.170.

Diário Da Câmara dos Deputados. Sessão Ordinária da 5ªlegislatura.
Lisboa: Imprensa Nacional, 1854. Vol. VIII, sessão de 13/05, p.189.

Bibliografia:

ALEXANDRE, Valentim, 1998 – *A Viragem para África* – in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDURI, Kirlti, (eds.) – *História da Expansão Portuguesa*, Vol. IV, Lisboa: Círculo de Leitores.

ALMEIDA, Francisco José, 1985- *Apontamentos da vida de um homem obscuro,* Lisboa.

ALMEIDA, Fortunato de, 1920 – *Esboço da História de Portugal. Com episódios, biografias e tradições,* Coimbra, Ed. do Autor.

ALMEIDA, Francisco Lopes Vieira de, 1911-*História (Significado e função),*Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

ALMEIDA, Francisco Lopes Vieira de, 1915- A Teoria da História*, Revista de História, vol. IV.* Lisboa.

ALMEIDA, Pedro Ramos de, 1979 – *A história do colonialismo português em África. Cronologia*, Vol. III, Lisboa.

ALVES, José Augusto dos Santos, 1992– *Ideologia e Política na Imprensa do Exílio,* "O Portuguez" (1814-1826), Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica.

AMARO, António Rafael,1989- Ensaio da história: que conhecimento e que memória(s)? in *Revista de História das Ideias*, Vol. II, pp. 641-680.

ARRAZ, Juan Villa, 1994- Clases y Elites en la investigation, Algunas reflexiones teoricas y metodologicas, in SOTO, Pedro Carasa, - *Prosopografia Contemporánea*, Valladolid, Universidade de Valladolid, pp. 11-24.

BALBI, Adrien, 1822- *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve comparé aux autres états de l'Europe*, 2 ts, Paris, Rey et Gravier Libraires.

BERLIAN, Isaiah, 1998, A inevitabilidade histórica, in HARDY, Henry e HAUSHEER, Roger, *A Busca do Ideal: Uma Antologia de Ensaios*, s. e., Lisboa. Editorial Bizâncio, p.239.

BERTAUX, D., 2001 - Biography and Society, in SMELSER, Neil J. e BALTES, Pail B. (Ed.), *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences,* Amsterdam, Paris, New York, Oxford, Shannon, Singapore, Tokyo, Elsèvier, pp.1210-1213.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima, 1991- *Seis estudos sobre o Liberalismo Português*, Lisboa, Estampa.

BORGES, José Ferreira, 1831 – *Princípios de syntelogia: compreendendo em geral a teoria do tributo, e em particular observações sobre a administração e despezas de Portugal em grande parte aplicáveis ao Brazil,* Londres.

CANTO, Ernesto, 1890 – *Catalogo das obras nacionaes e estrangeiras relativas aos sucessos políticos de Portugal nos annos de 1828 a 1834*. 2ª ed., Ponta Delgada, Typographia dos Açores.

CARVALHO, Joaquim Martins de, 1891 – *Soriano*. *OCCIDENTE*: *Revista Illustrada de Portugal e do Extrangeiro*. Lisboa, Editor Caetano Alberto da Silva, Vol. 14º: nº 457, pp. 193-195.

CHAGAS, Manuel Joaquim Pinheiro, 1876 - *Diccionario popular historico, geographico, mythologico, biographico, artistico, bibliographico e litterario,* Lisboa, Lallemant Frères.

COSTA, D. António, 1879- História do Marechal Saldanha, Lisboa, Imprensa Nacional.

DULAC, António Maximino, 1827, *Exame Crítico, comparativo do estado actual de Portugal, considerado na penúria dos seus produtos, e urgência de suprimentos, com observações demonstrativas dos recursos, que lhe oferece a sua situação geográfica,* Lisboa, Impressão Régia.

FIGUEIREDO, Fidelino, 1944, *História Literária de Portugal (Séc. XII-XX),* Coimbra, Editorial Nobel, p. 360.

GELLNER, Ernest, 1994, *Pós-Modernismo, Razão e Religião, s. e.,* Lisboa, Instituto Piaget, s. d., p. 40.

MARQUES, A.H. de Oliveira, 1974 – *Antologia da Historiografia Portuguesa: das origens a Herculano,* Lisboa, Publicações Europa-América.

MARQUES, A.H. de Oliveira, 1988 – *Ensaios de historiografia portuguesa,* Lisboa, Palas Editores.

MARQUES, A.H. de Oliveira, 1991 – Da Monarquia para a República, *Nova História de Portugal*, vol. XI, Lisboa, Presença.

MARQUES, Fernando Pereira, 1996 – Do Vintismo ao Cabralismo, in REIS, António – *Portugal Contemporâneo,* Vol. I. Lisboa, Publicações Alfa.

MARTINS, Francisco José da Rocha,1934 - *História das Colónias Portuguesas*, Lisboa, Imprensa Nacional de Publicidade.

MARTINS, Fernando, 2004- Historiografia, biografia e ética, in *Análise Social*, Vol. XXXIX (171), Lisboa, pp.391-408.

MARTINS, Joaquim P. De Oliveira, 1976 – *Portugal Contemporâneo*. 8ª ed., Lisboa, Guimarães Editora.

MARTINS, Joaquim P. De Oliveira, 1986– Notas sobre a Historiografia em Portugal, *in História de Portugal*. 4ª ed. Lisboa.

MENDES, Amado, 1992- O contributo da biografia para o estudo das elites locais: alguns exemplos, in *Análise Social*, Vol. XXVII(116-117), Lisboa, pp.357-365.

MILLS, Wright, 1959, Biography and Society, in *The Sociological Imagination*, Oxford, Oxford University Press.

NEVES, José Acúrsio, 1830- *Considerações Políticas e Comerciais*, Lisboa, Impressão Régia, p. 241.

PAIXÃO, Braga, 1976- *Sá da Bandeira, Na Pasta da Marinha*, Lisboa, Centro de Estudos da Marinha.

PICÓN, Vicente, 2000- Introducción, in Suetonio, *Vidas de los Césares* (ed. e trad. de Vicente Picón), 2ª ed., Madrid, Cátedra.

PINHEIRO, Magda, 1996- *Passos Manuel, o patriota e o seu tempo*, Porto, Edições Afrontamento.

POSSING, B., 2001- "Biography: Historical", in SMELSER, Neil J. e BALTES, Paul B.(ed.), *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciencies,* Amsterdam,Paris, New York, Oxford, Shannon, Singapore, Tokyo, Elsèvier, pp.1213-1217.

SÁ da Bandeira, Bernardo, 1840- *O Tráfico da escravatura e o Bill de Lorde Palmerston*, Lisboa.

SALMOM, Pierre, 1979– *História e Crítica*, Coimbra, Livraria Almedina.

SANTA RITA, José Gonçalo de, 1956 – *Sá da Bandeira e a Política Ultramarina,* Lisboa, (s.n).

SANTOS, Maria de Lourdes Costa Lima dos, 1988– *Intelectuais Portugueses na Primeira Metade de Oitocentos,* Lisboa, Editorial Presença.

SERRÃO, Joel, 1971– *Dicionário da História de Portugal*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, Vol. VI, p. 63/64.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, 1962-*História Breve da Historiografia Portuguesa*, Lisboa, Editorial Verbo, p. 273.

SCHAEFFER, Henrique, 1893- *História de Portugal* - 5 Vol., Editora Escriptorio da Empreza Editora.

.

SILVA, Inocêncio Francisco da, 1908– *Dicionário Bibliográfico Português*, Tomo XIX, Lisboa, Imprensa Nacional.

STONE, Norman, 1999, *Europe transformed : 1878-1919*, 2º ed., Oxford, Blackwell Publishers Ltd.

TENGARRINHA, José, 1965– *História da Imprensa Periódica em Portugal, Cap. III,* Lisboa, Portugália Editora.

TORGAL, Luís Reis; CATROGA, Fernando; MENDES, J.M. Amado, 1998– *História da História em Portugal século XIX-XXI.* [S.L.]: Temas e Debates, Vol.I.

TREBITSCH, Michel (coord.), 1985- *Problémes et Méthodes de la Biograohie,* Paris, Publications de la Sorbonne.

VEYNE, Paul, 1983, *Como se escreve a História*, Lisboa, Edições 70.

Icnografia:

Simão José da Luz Soriano representado numa fotografia na revista “Occidente” de 1 de Setembro de 1891.

Litografia da revolução de 1820 in REIS, António – *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Publicações Alfa, 1996. Vol. I, pág.33.

Litografia Sertanejos do Bié in REIS, António – *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Publicações Alfa, 1996. Vol. I, pág.145.

Litografia Câmara dos pares representado numa fotografia na revista “Occidente” de Janeiro de 1878.

Litografia da Sátira ao Parlamento e País in REIS, António – *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Publicações Alfa, 1996. Vol. I, pág.408.

ANEXOS

Anexo1

Ofício de 28 de Setembro de 1860Luz Soriano à Câmara de Moçâmedes

«Ilustríssimos Senhores Presidentes e mais membros da Câmara Municipal de Mossãmedes:

Tendo ultimamente publicado uma obra em que se contêm os principais factos da minha vida, não podia deixar de mencionar entre eles a grande parte que tomei em fazer conhecido e povoado esse vasto esperançoso distrito, e com tanta mais razão, quanto é certo que tenho visto no Boletim do Conselho Ultramarino, alguns relatórios da Câmara dessa vila, relativos ao mesmo assunto, não achei neles uma só referência aos esforços que empreguei para aquele fim, como entendia de justiça dever acontecer. Todavia não me admirei disso, porque sempre na nossa terra quem mais faz menos merece. Julgando, não obstante, que à História desse Município podia ser útil o conhecimento de que a tal respeito publiquei, tomo a liberdade de lhe oferecer o incluso exemplar da obra a que acima me referi, tendo por título «Revelações da minha vida», esperando que me relevarão a ousadia da oferta.

Tenho, pois, a honra de me assinar
De Vossas Senhorias mtº atento, venerador e obrigado
(a) Simão José da Luz Soriano